



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**BARBARA MÜLLER DOS ANJOS**

**ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2000  
A 2010**

Florianópolis, 2013

**BARBARA MÜLLER DOS ANJOS**

**ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2000  
A 2010**

Monografia submetida ao Departamento de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal de  
Santa Catarina, como requisito obrigatório para  
obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Dra Eva Yamila Amanda da Silva  
Catela

**Área de Pesquisa:** Comércio internacional

Florianópolis 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8 a aluna Barbara Müller dos Anjos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

-----  
Prof. *Eva Yamilla Amanda da Silva Catela*

-----  
Prof. *Eraldo Sérgio Barbosa da Silva*

-----  
Prof. *Guilherme Valle Moura*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha mãe, Claudia Regina Matos dos Anjos, por todo seu amor, sem ele eu nada seria. Agradeço também por ser a minha maior incentivadora e por sempre, indubitavelmente, crer em meu potencial e estar ao meu lado.

Agradeço ao meu pai, Jefferson Müller dos Anjos, por todo seu amor, zelo e apoio. É o meu melhor exemplo, meu motivador e meu porto-seguro. Ensinou-me valores que moldaram o meu caráter e fez de mim o que sou hoje.

Agradeço meu irmão, Bruno Müller dos Anjos, por seu amor e sua presença em minha vida. O convívio com uma pessoa tão generosa, alegre e humilde fez de mim uma pessoa muito mais evoluída do que seria se não o tivesse.

Agradeço à toda a minha família e amigas, pela presença, amor e alegrias constantes.

Agradeço meu namorado, Leonardo Mendes Corrêa, por ser a razão da minha felicidade. Agradeço também por seu amor, companheirismo e ensinamentos, fazendo de mim uma pessoa melhor a cada dia. Essa é uma pequena vitória das muitas que compartilharemos juntos ao longo da vida.

Agradeço a Duda, por seu amor incondicional. Ela, com certeza, é a melhor parte de mim.

## RESUMO

ANJOS, Barbara M. **Análise das exportações brasileiras no período de 2000 a 2010.** 2013. (79)f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

O presente trabalho criou um estudo acerca do comportamento das exportações brasileiras no período compreendido entre 2000 e 2010. Analisa-se o contexto de transformação da indústria e da economia brasileira como um todo, para assim dar base para o entendimento dos acontecimentos econômicos antecedentes ao período estudo. Concomitante à análise das exportações, busca-se explicar os fatores principais para tal comportamento, dentro do contexto nacional e internacional da economia. O período escolhido compreende tanto o *boom* exportador da economia brasileira, quanto o período da crise financeira em 2008, faz-se um estudo dos determinantes do aumento histórico das exportações brasileiras e da composição da pauta exportadora do país.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1.1. OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
1.1.1. OBJETIVO GERAL	8
1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
<b>1.2. METODOLOGIA</b>	<b>8</b>
<b>1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO</b>	<b>9</b>
<b>2. REVISÃO TEÓRICA: COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	<b>10</b>
<b>2.1. MODELOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	<b>10</b>
2.1.1. MODELO RICARDIANO	10
2.1.2. FATORES ESPECÍFICOS	11
2.1.3. MODELO DE HECKSCHER-OHLIN	12
2.1.4. O MODELO-PADRÃO DO COMÉRCIO	13
2.1.5. MODELOS RECENTES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	14
<b>2.2. VARIÁVEIS DETERMINANTES DE COMÉRCIO EXTERIOR</b>	<b>17</b>
2.2.1. TAXA DE CÂMBIO	17
2.2.2. DEMANDA	20
2.2.3. FINANCIAMENTO	22
2.2.4. SUBSÍDIOS	23
2.2.5. BARREIRAS	23
<b>3. COMPORTAMENTO DO SETOR EXTERNO BRASILEIRO E O CONTEXTO INTERNACIONAL ATÉ 2000</b>	<b>25</b>
<b>4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PERÍODO 2000 A 2010</b>	<b>37</b>
<b>4.1. COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>	<b>43</b>
<b>4.2. DESTINO DAS EXPORTAÇÕES</b>	<b>55</b>
4.2.1. MERCOSUL	56
4.2.2. UNIÃO EUROPÉIA	58
4.2.3. ESTADOS UNIDOS – FATOR AGREGADO	61
4.2.4. ARGENTINA – FATOR AGREGADO	62
4.2.5. CHINA – FATOR AGREGADO	63
<b>4.3. FATORES DETERMINANTES DO CRESCIMENTO</b>	<b>64</b>
4.3.1. DEMANDA EXTERNA	64
4.3.2. VALORIZAÇÃO DOS PREÇOS DAS COMMODITIES	67
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>72</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>75</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O comércio exterior vem obtendo nos últimos anos ótimos desempenhos, se considerado o período compreendido a partir de 2000, onde obtiveram-se recordes de exportação, em especial no período compreendido entre 2001 a 2006 que atingiu patamares históricos. É nesse período que se obteve os maiores valores exportados e um crescimento ininterrupto das exportações brasileiras até 2006, fazendo com que a balança comercial tenha tido um excelente desempenho. Cabe lembrar que anteriormente a esse período, a balança comercial vinha apresentando déficits comerciais, nos períodos compreendidos entre 1995 a 2000, inferência direta de crises internacionais e reflexos da implementação do Plano Real.

Concomitante a uma valorização do real, houve uma expansão da pauta das exportações, comportamento contraditório ao esperado, pois a medida que se expande a apreciação, mantendo as demais variáveis constantes, o comportamento esperado é de contração da pauta exportadora. A partir de 2007 houve uma nova expansão da valorização do real, suscitando em um aumento das importações, acarretando em um baixo desempenho da balança comercial, visto um crescimento conforme o ano anterior das exportações. Em 2008, a taxa de câmbio média é ainda superior à média de 2006-07 e superior à de 1996-98 e o quantum exportado cai 2,5%. Ainda nesse ano, estourou a bolha americana *subprime* desencadeando a crise ao redor do mundo, diminuindo os fluxos do comércio mundial que reflete no Brasil, onde percebe-se uma queda no desempenho exportador do país.

O presente trabalho busca investigar, através de embasamento teórico e tabulação de dados relevantes, o comportamento das exportações brasileiras no período compreendido entre 2000 a 2010, bem como analisar os fatores que impulsionaram esse desempenho ao longo do período e quais foram as suas consequências para a pauta exportadora do país.

## **1.1. Objetivos**

### **1.1.1. Objetivo Geral**

O objetivo geral do trabalho é fazer uma análise detalhada das exportações brasileiras, compreendidas no período de 2000 a 2010, com intuito de se analisar o comércio exterior brasileiro e seus determinantes.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

- Realizar uma revisão teórica sobre os modelos de comércio internacional;
- Explicitar as variáveis determinantes, apontando os fatores que mais influenciam na determinação do comércio exterior de um país;
- Explanar sobre o desempenho da economia brasileira desde o início de sua industrialização até 2000;
- Analisar os dados referentes a balança comercial brasileira, com uma atenção especial para as exportações nacionais, analisando-as entre o período de 2000 a 2010, apontando suas oscilações e justificando suas possíveis causas.

## **1.2. Metodologia**

No que diz respeito às referências teóricas foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca das correntes teóricas de comércio internacional e dos determinantes do comércio internacional.

Já de acordo com os dados empíricos, foram utilizados bancos de dados, como: Alice Web Mercosul, Alice Web2 e UNComtrade, para realizar uma análise comportamental e atualizada acerca do comportamento das exportações brasileiras.



O período de estudo se dá a partir de 2000 e encerra em 2010, levando em conta fatores históricos anteriores ao período e com o objetivo de explicitar a grande alavancagem das exportações durante essa década, focando os fatores que levaram a esse comportamento.

### **1.3. Estrutura do Trabalho**

O capítulo primeiro corresponde a introdução presente, apontando a problemática da monografia, seu objetivo geral, objetivos específicos e metodologia utilizada. No capítulo seguinte, o dois, serão analisados fatores do comércio internacional, bem como as principais teorias acerca do comércio internacional, para embasamento, e as variáveis que determinam o comércio exterior. No terceiro capítulo são realizadas análises de dados através da tabulação desses mais relevantes acerca do comportamento das exportações brasileiras compreendidas no período 2000 a 2010, levando em conta o comportamento da balança comercial brasileira, as exportações, comportamento dos produtos, os principais países pelo qual o Brasil exporta e fatores do crescimento das exportações. E, por fim, é feita a conclusão acerca do estudo feito, apontando para a problemática das exportações, bem como sua possível solução.

## **2. REVISÃO TEÓRICA: COMÉRCIO INTERNACIONAL**

### **2.1. Modelos de comércio internacional**

O tópico tem como objetivo apresentar os principais modelos de comércio internacional, desde modelos clássicos a mais recentes, para que se tenha um melhor entendimento e conexão dos capítulos seguintes.

#### **2.1.1. Modelo Ricardiano**

O modelo de Ricardo é dito como “vantagem comparativa“, pois, segundo esse, um país pode ser menos eficiente do que outro na produção de bens e serviços e, ainda assim, a especialização produtiva induzida pelo comércio exterior seria vantajosa para esse. Ricardo apresenta seu modelo utilizando a comparação entre Portugal e Inglaterra, com seus respectivos produtos especializados, vinho e tecido. O raciocínio de seu modelo busca construir uma comparação com base nas quantidades de trabalho despendido na produção de cada uma das mercadorias (GONTIJO, 2007). Devido a isso, afirma-se que a teoria ricardiana determina que os custos comparativos de produção dos países são definidos pela produtividade do trabalho, ou seja, baseia-se na teoria clássica do valor trabalho, conforme Krugman & Obstfeld (2005).

Segundo a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, o livre comércio, induzindo os parceiros comerciais a se especializarem naqueles produtos que são comparativamente eficientes, é benéfico para todos os países, mesmo para aqueles que são menos eficientes, em termos absolutos, na produção de todos os bens e serviços. Ou até mesmo aquele país que possuísse vantagens absolutas na produção de todos os bens, ainda assim, seria interessante o comércio, pois haveria vantagem maior em alguns produtos em detrimento de outros (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

De acordo com Krugman & Obstfeld (2005), o modelo é capaz de mostrar como as diferenças entre os países produzem o comércio e os seus ganhos. Tal modelo parte do

pressuposto que o comércio bilateral é mais vantajoso que o fechado, desde que as economias envolvidas tenham estruturas de produção diferentes. David Ricardo supôs que as funções de produção são diferentes em cada país e que seus retornos são constantes em escala.

Conforme Gontijo (2007), o grande mérito de Ricardo foi o de apresentar uma teoria do comércio internacional, com base no princípio das vantagens comparativas, que superficialmente solucionava os problemas da abordagem de Adam Smith (com sua teoria de comércio internacional), com o fornecimento de um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos e uma demonstração de que todos os países, independente da estrutura de custos de sua economia, ganhariam com o livre comércio.

Ainda que o modelo apresente diversas controvérsias, a validade da afirmação de Ricardo é comprovada com vários estudos e análises empíricas, onde os países tenderão a exportar os bens dos quais possui maior produtividade.

### 2.1.2. Fatores específicos

De acordo com esse modelo perscrutado por Paul Samuelson e Ronald Jones(1971), o modelo de fatores específicos permite a existência de outros fatores de produção que não o somente o trabalho. Desse modo o trabalho é um fator móvel, que se desloca entre os setores, porém existem outros fatores chamados específicos, que somente são utilizados na produção de bens de forma singular.

Conforme Krugman&Obstfeld (2005), o comércio internacional costuma ter uma grande influência sobre a distribuição de renda dentro dos países, onde essa influência se dá por dois principais canais: i)no qual os fatores de produção não podem se deslocar instantaneamente e sem custo de uma indústria para a outra e; ii) as mudanças de composição do produto em uma economia tem diferentes efeitos sobre a demanda de diferentes fatores de produção.

O modelo de fatores específicos colabora para o melhor entendimento acerca da influência do comércio internacional sobre a distribuição de renda. Por um lado, leva em conta fatores que podem ser deslocados de um setor para o outro, e por outro, os fatores de uso específico. É nessa diferença de recursos que se pode observar as peculiaridades dos

recursos entre os países, estimulando dessa forma diferentes ofertas e consequentemente o comércio internacional.

Nesse modelo, conforme Krugman&Obstfeld (2005), os fatores específicos dos setores de exportação de cada país ganham benefícios comerciais na exportação, de modo antagônico aos setores que concorrem com importações no qual obtém certa desvantagem, devido aos fatores móveis que podem ser usados em ambos os setores, tanto perdendo quanto ganhando. Consoante a essa visão, segundo o autor, o comércio produz ganhos gerais no sentido limitado de que os que ganham, podem, teoricamente, compensar os que perdem, mantendo-se em situação ainda superior a precedente.

### 2.1.3. Modelo de Heckscher-Ohlin

De modo objetivo, o modelo de Heckscher-Ohlin acaba por seguir uma tendência de Ricardo, podendo ser visto como uma extensão do modelo simples das vantagens comparativas. Também é conhecido como a teoria das proporções dos fatores de produção.

Esse modelo inclui além do trabalho, o capital, recursos naturais e tecnologia como fatores de produção. Conforme Gonçalves (2005), é o pressuposto de uma igualdade tecnológica internacional que gera embasamento para as propostas principais do modelo Heckscher-Ohlin.

Conforme Krugman &Obstfeld (2005), um país que possua grande oferta de um recurso, superior à de outros, é abundante naquele recurso. Esse país tenderá a produzir mais bens que utilizem os recursos que possui abundância. O resultado disso é a teoria básica de Heckscher-Ohlin, onde os países tendem a exportar bens intensivos nos fatores cujas ofertas são abundantes.

Pode-se afirmar que tal teoria é uma extensão da teoria das vantagens comparativas, porém o principal argumento do modelo é que a vantagem comparativa de determinado produto reside na tecnologia empregada nesse bem. Desse modo a dotação dos fatores de produção acaba por comandar os bens no qual a economia em questão possui alguma vantagem comparativa.

Outro ponto sobre o modelo, de acordo com Krugman &Obstfeld (2005), é a questão da renda que segundo a mudança dos preços relativos dos bens tem impacto muito grande sobre as remunerações relativas dos recursos e como o comércio muda os preços

relativos, o comércio internacional tem forte impacto sobre a distribuição de renda. Os proprietários dos fatores abundantes de um país apresentem ganhos de comércio, mas os de fatores escassos apresentam desvantagens.

Conclui-se então que o argumento de Heckscher-Ohlin é que pelo fato de existirem muitos e diversificados fatores de produção, que são administrados de forma diferente entre os países, há uma vantagem comparativa naquelas mercadorias nas quais há especialização.

#### 2.1.4. O modelo-padrão do comércio

De acordo com Krugman & Obstfeld (2005):

“O modelo-padrão de comércio traça a curva da oferta relativa mundial a partir das possibilidades de produção e a curva da demanda relativa mundial a partir das preferências. O preço das exportações em relação ao das importações – isto é, os termos de troca de um país – é determinado pela interseção entre a curva da oferta relativa mundial e a curva da demanda relativa mundial. Permanecendo tudo o mais constante, um aumento nos termos de troca de um país aumenta seu bem-estar. Inversamente, um declínio nos termos de troca deixará o país em pior situação.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005. p. 84).

Para um melhor entendimento, os autores apontam que se determinada economia cresce, significa que ela deslocou sua fronteira de possibilidades de produção “para fora”, tendo um crescimento viesado com efeito no aumento na oferta relativa mundial dos bens. O deslocamento da curva de oferta mundial leva a uma mudança nos termos de troca do país em expansão. Então, se os termos de troca de um determinado país melhoram, esse desempenho reforça seu crescimento inicial, prejudicando outros países. Já se os termos de troca do país pioram, o declínio anula os efeitos favoráveis do crescimento interno, beneficiando o resto do mundo (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

Conforme o modelo, a direção dos efeitos sobre tais termos de troca depende da natureza do crescimento de determinado país. O crescimento que é viesado para exportações, ou seja, aquele crescimento que aumenta a capacidade de uma economia produzir os bens que estava inicialmente exportando mais do que aumenta a capacidade de produzir bens que concorrem com as importações, acaba por piorar os termos de troca. Porém, o crescimento que é viesado para as importações, aumentando de forma desproporcional a

capacidade de produzir bens que concorrem com importações, melhora tais termos de troca (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

Outro ponto levantado é sobre a influência das tarifas, de acordo com os autores Krugman & Obstfeld (2005), as tarifas sobre importações e os subsídios nas exportações afetam tanto a oferta relativa como a demanda relativa. Quando um país estabelece uma tarifa, a oferta relativa dos bens que ele importará aumentará, enquanto a sua demanda relativa por esse bens diminuirá, melhorando os termos de troca do país à custa dos outros países. Porém os subsídios às exportações tem efeito contrário, aumentando a oferta relativa e reduzindo a demanda relativa do bem exportado pelo país, gerando desvantagem ao termo de troca.

### 2.1.5. Modelos recentes de comércio internacional

De acordo com o modelo de “defasagem tecnológica”, desenvolvido na década de 60 por M. V. Posner em “International Trade and Technical Change”, o processo de inovação tecnológica gera vantagens comparativas e tem influência no padrão de comércio internacional de um país.

A criação de vantagens tecnológicas específicas por país faz surgir o comércio, em contrapartida, acaba influenciando produtores estrangeiros a reagirem através da imitação ao lugar da inovação, fazendo com que o desempenho das exportações corresponda as diferenças de custos comparativos induzidos pela transição tecnológica e dependerá do tempo de duração de defasagem da imitação.

De acordo com Gonçalves (2005), a concepção de que os padrões de vantagens comparativas podem transformar-se com o decorrer do tempo foi explanada pelo modelo do “ciclo de vida do produto”, com foco na diferenciação que os produtos têm, onde o desempenho das exportações de um país em relação a um bem acabará por se alterar com o decorrer do ciclo de vida do produto. O citado “ciclo de vida “ tem três fases, a inovação, maturidade e a padronização. Onde a inovação se restringe aos mercados de altas rendas e com elevada capacidade tecnológica. A segunda fase do ciclo corresponde ao direcionamento do produto já maturado para outros países, quando o preço do bem passa a ser mais considerado que as características peculiares do produto em si, sendo determinado pelos

custos. Já na fase de padronização pode ocorrer a transferência para demais países com custos de produção mais baixos.

Cabe aqui destacar a abordagem evolucionista no que concerne à inovação, inspiradas nos termos schumpeterianos. Dosi (1988) e outros estudiosos da mesma linha, buscam interpretar como se dão as inovações tecnológicas em relação aos avanços científicos e ao processo de mercado. Conforme Machado (1998) as idéias básicas dos evolucionistas têm uma perspectiva temporal, à medida que as escolhas tecnológicas adquirem uma irreversibilidade em decorrência de seu caráter cumulativo e progressivo de desenvolvimento tecnológico. Além disso, os evolucionistas ressaltam para a importância do caráter institucional que governam os interesses dos agentes no que diz respeito à definição dos padrões de mudança.

Conforme Dosi (1988), no processo de mudança tecnológica há uma interdependência de nível micro e macroeconômico, já que o avanço tecnológico se dá através das firmas, endógenos a essas. Porém, dependem também de externalidades de cunho público e coletivo, para complementar o avanço tecnológico, avançando entre firmas, setores, regiões e países. Segundo o autor, as inovações são de caráter seletivo uma vez que seguem uma lógica de mercado, possibilitando uma inovação contínua e cumulativa, tendo em vista as tecnologias já em uso.

Há uma diferenciação entre mudanças tecnológicas dado um paradigma e a mudança de paradigma. As mudanças em um dado paradigma, seguem padrões de inovação com suas trajetórias normais, encaminhando-se dentro dos limites do seu paradigma, podendo ser condicionados por fatores ambientais definidas pelos limites de um dado paradigma e são condicionados por fatores como a demanda e os preços relativos. As mudanças de paradigma submetem-se aos avanços da ciência e tecnologias, representam descontinuidades, levando em conta que ocorrem quando existem avanços tecnológicos superiores a um paradigma anterior (DOSI, 1988). Seguindo a linha schumpeteriana, o motor dinâmico do capitalismo reside no fato de se gerar e disseminar tais inovações, mudando os paradigmas, em produtos, processos e organizações. Tal qual como as empresas, os países dentro desses termos, buscam alcançar assimetrias que lhe permitam assegurar vantagens comparativas.

Conforme Gonçalves (2005), outra abordagem que pode ser destacada no que concerne a modelos recentes de comércio internacional é a de economia de escala e concorrência imperfeita. Tal abordagem aponta para o impacto das economias de escala sobre o comércio internacional, a medida que as funções de produção revelam retornos crescentes de escalas, os padrões de comércio e o desempenho das exportações submetem-se ao tamanho

absoluto de seu mercado doméstico. Deste modo, conforme o autor, países com um maior mercado terão vantagens comparativas por suas maiores economias de escala. Vernon (1964), aponta para a importância das economias de escala em benefício das exportações nos países em desenvolvimento, que consoante às conclusões do modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin, as funções de produção exibem retornos constantes de escala e que os fatores de produção têm uma produtividade marginal decrescente.

De acordo com Krugman (1985 apud Gonçalves, 2005), uma conclusão básica de modelos em estruturas de mercado imperfeitamente concorrenciais, é que em um mundo de retornos crescentes, a vantagem comparativa decorrente das diferenças entre os países não é a única razão para o comércio existir. Tais economias de escala geram incentivos adicionais e geram comércio mesmo se os países forem semelhantes em tecnologias, dotações de fatores e preferências. Ainda de acordo com o autor, vale ressaltar que a concepção de retornos crescentes relaciona-se à acumulação de experiência, ou seja, conforme o autor, às economias da aprendizagem. Em economias dinâmicas, as escalas do tipo “curva de aprendizagem” criam vantagem comparativa para um setor, corroborando para obtenção de vantagens comparativas de uma nação.

O conceito de demanda recíproca, como influência da demanda na determinação do comércio internacional foi introduzido por John Stuart Mill, em 1948, pertencente a escola inglesa de economia clássica. Conforme, Gonçalves (2005), é a partir da análise de negócios e na literatura mais recente de comércio internacional que se pode encontrar maior relevância no que diz respeito a demanda.

Conforme já foi apresentado no capítulo dois, a demanda é entendida como um fator determinante para o comércio exterior, tendo grande importância para as exportações. Tem-se como argumento básico o deslocamento dos bens para demanda doméstica a medida que essa se intensifica, ao invés de ser destinado ao mercado externo. De acordo com isso, pode-se concluir que o desempenho das exportações depende do nível da demanda interna, influenciando diretamente o comércio internacional. De acordo com Gonçalves (2005), quando há demasiada demanda interna, acaba por refletir no desempenho das exportações onde a estrutura do comércio exterior não dependem somente da dotação de fatores e tecnologias, mas sim de sua combinação e de políticas macroeconômicas.

No que concerne a semelhança dos padrões de demanda, há abordagem da similaridade de preferências. Consoante a Linder (1961 apud Gonçalves, 2005), visto que a renda é desigualmente distribuída internamente nos países, existem consumidores com diferentes padrões de demanda, porém há aqueles com padrões semelhantes de consumo,



apresentando um padrão de demanda semelhante. Desse modo, conclui-se, dentro do que já foi dito de economias de escala e produtos, que os padrões de demanda diferentes tendem a gerar diferenças entre os países em termos de vantagens comparativas, corroborando para o comércio internacional.

Outro ponto a ser destacado sobre teorias de comércio internacional sob viés da demanda diz respeito à diferenciação de atributos dos produtos. Tal teoria, de acordo com Lancaster (1980), atenta que os consumidores maximizam sua função de consumo para voltado para as características dos produtos e não seu volume, tendo em vista uma restrição orçamentária. Desse modo, conforme o autor, esse consumo seria dado através de uma maximização de função utilidade desses bens, conforme suas características e atributos. Relaciona-se com o comércio internacional a medida que determinado país necessite de produtos, dados seus atributos, que só podem ser produzidos em outro país, de modo eficiente e barato, há um incremento dos fluxos comerciais internacionais.

## **2.2. Variáveis determinantes de comércio exterior**

O objetivo da presente seção é explicitar as variáveis que tem maior grau de influência nos fluxos de produtos em âmbito internacional, ou seja, no comércio exterior. Os fatores de maior relevância, no favorecimento ou não do comércio exterior, são a taxa de câmbio, demanda, subsídios, barreiras e financiamentos, o entendimento teórico dessas facilitará a compreensão do capítulo seguinte e das análises empíricas do comportamento das exportações no capítulo 4 deste trabalho.

### **2.2.1. Taxa de Câmbio**

O câmbio foi escolhido por ser um fator de grande significância no que diz respeito ao comércio internacional, podendo ser favorável a essa ou desfavorável, dependendo do seu comportamento. A taxa de câmbio atua de forma direta no volume das exportações, pois é através dessa que se baliza o valor de uma moeda em relação a outra, atuando diretamente no trâmite de serviços, bens e finanças entre os países. Vale salientar que é através dessa que se comparam os preços entre mesmos produtos em países diferentes, conforme Krugman

&Obstfeld (2005), as taxas de câmbio servem para traduzir os preços estrangeiros em termos de moedas domésticas, viabilizando o cálculo dos preços relativos através da conversão dos preços dos produtos domésticos em relação ao internacional.

Desse modo a medida que a moeda estrangeira se aprecia, ocorre um aumento do preço do bem importado, crescendo o seu valor para a moeda local. Do ponto de vista do estrangeiro, há uma diminuição no preço dos bens da moeda local em moeda estrangeira. Tendo um comportamento semelhante, quando a moeda estrangeira sofre depreciação, observa-se uma queda do preço do bem importado em relação a moeda doméstica, visto que essa sofre valorização e seus bens ficam mais caros do ponto de vista do estrangeiro. Dessa forma, o câmbio acaba por influenciar diretamente no preço dos bens tramitados em âmbito internacional.

Cabe dentro dessa análise fazer observações diretas em relação a influência que a taxa tem em relação ao comércio exterior. Desse modo, conforme explicitado acima, quando há uma apreciação da moeda local, há uma tendência de aumento das importações, visto que os preços estrangeiros estarão mais baratos sob a óptica local e de forma inversa desfavorecerá as exportações, visto que seus preços locais serão mais caros para os outros países. O mesmo ocorre de modo contrário, quando a moeda local se desvaloriza, ou seja, deprecia, há uma tendência ao aumento das exportações, visto que o preço em termos locais será mais barato, o comportamento segue a mesma lógica.

Conforme Krugman & Obstfeld (2005), as taxas de câmbio são determinadas no mercado de câmbio, no qual tem como principais participantes os bancos comerciais, as empresas internacionais, as instituições financeiras não bancárias e os bancos centrais dos países. Dentre esses, os bancos comerciais são os que tem função primordial, segundo os autores, pois facilitam a troca de depósitos bancários, onde rendem juros e constituem a maioria das operações de câmbio.

Conforme Lanzana (2008), existem alguns tipos de sistemas cambiais, como o câmbio livre que é determinado pelo mercado de câmbio, a partir das suas variações, sem intervenção por parte do governo. Uma de suas características é sua alta volatilidade, determinada pelos bruscos movimentos de entrada ou saída de dólares no país. Tal volatilidade acaba por acarretar alguns inconvenientes, como a incerteza dos agentes econômicos referente à especulação de moeda, dificuldade sob a perspectiva dos importadores, para se estabelecer um preço das mercadorias, e exportadores, pela incerteza do valor a ser recebido. Ainda que os riscos sejam mais elevados, há uma certa confiabilidade

aos países que exercem, dando alguma segurança no que diz respeito a estabilidade de suas economias.

Outro tipo é o regime de câmbio fixo, onde o governo busca estabelecer uma relação fixa entre a moeda nacional e uma moeda estrangeira, onde comumente é utilizado o dólar, tendo em vista a estabilização dos preços e aumento da confiabilidade no que diz respeito à estabilidade da moeda. Conforme já comentado, o governo deve intervir no mercado de câmbio buscando equilibrar a demanda e a oferta por moeda estrangeira, ele atua através dos leilões de divisas ou de títulos, no mercado spot presente ou futuro. Tais intervenções só são viabilizadas desde que o governo possua um nível razoável de reservas em moeda internacional, para fazer os tramites de compra e venda da divisas. Tal sistema, conforme Lanzana (2008), é comumente adotado por países que tem problemas inflacionários, onde o câmbio se torna uma forma de elimina-lo, visto que os preços dos produtos importados param de subir, denominado âncora cambial.

Existem outros tipos de câmbio, como: regime de *Currency Board*, onde é determinada uma taxa fixa da moeda nacional com uma moeda estrangeira, o principal objetivo desse regime além da busca pela estabilização, e a importação de credibilidade da moeda estrangeira; regime de *Crawling Peg*, o governo determina a taxa de conversão, tendo como vantagem a possibilidade de ocorrer desvalorizações na taxa de câmbio; regime de bandas cambiais, são estabelecidas metas para a taxa de câmbio, assim podendo flutuar dentro de limites, máximos e mínimos; regime de zona alvo, as autoridade monetária só devem intervir quando houvesse muita volatilidade ou desalinhamentos; regime administrado ou de flutuação suja, busca amenizar a volatilidade excessiva na taxa de câmbio, porém não consegue eliminar desalinhamentos prolongados no câmbio (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

Para de fato poder comparar os preços reais entre os países, utiliza-se a taxa de câmbio real. Conforme Blanchard (2007), para se ter conhecimento da taxa real de câmbio, deve-se utilizar um índice de preços nacional em moeda local e um índice externo em moeda estrangeira, para que se possa comparar de fato os preços relativos dos bens, pois ao passo que se observa uma oscilação da inflação interna, os produtos domésticos tendem a alterar seus preços no mercado doméstico e também tendem a alterar aos que serão destinados ao mercado internacional. Dessa forma, conforme o autor, a oscilação pode prejudicar ou favorecer as exportações de um país, de modo que, um aumento da inflação doméstica pode desfavorecer as exportações ao passo que o aumento da externa favorece-a.

O mercado de câmbio depende diretamente das taxas de juros, uma vez que os retornos dos depósitos negociados nesse mercado dependem delas. Conforme os autores: “(...) os depósitos de todas as moedas devem oferecer a mesma taxa de retorno esperada quando os retornos são medidos em termos comparáveis” Krugman & Obstfeld (2005, p. 261). Em resumo, as taxas de juros interna e externa influenciam na determinação da taxa de câmbio, uma vez que ao aumentar a taxa de juros de uma dada economia há a tendência de atrair investimentos internacionais, com o aumento da atratividade dos ativos locais, influenciando diretamente na taxa de câmbio de determinado país, uma vez que entram maiores divisas. Para finalizar sobre o comportamento da taxa de câmbio, vale exemplificar sobre as expectativas, utilizando uma exemplificação dos autores ao comparar dólar e euro, temos:

“Para taxas de juros dadas e uma expectativa dada de taxa de câmbio futura, a condição da paridade dos juros nos revela a taxa de câmbio de equilíbrio corrente. Quando o retorno esperado em dólar dos depósitos em euro excede o retorno esperado em dólar dos depósitos em dólar, por exemplo, o dólar imediatamente se deprecia em relação ao euro. Permanecendo tudo o mais constante, uma depreciação do dólar hoje reduz o retorno esperado em dólar dos depósitos em euro, ao reduzir a taxa de depreciação do dólar em relação ao euro esperada para o futuro. (...) um aumento nas taxas de juros do dólar faz com que o dólar se aprecie em relação ao euro, enquanto um aumento nas taxas de juros do euro faz com que o dólar se aprecie em relação ao euro. A taxa de câmbio de hoje também se altera por mudanças em seu nível futuro esperado.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005, p. 261)

### 2.2.2. Demanda

Outra fator de extrema importância para o desempenho tanto da exportação quando da importação é o comportamento da demanda, seja ela interna ou externa. De acordo com Blanchard (2007), as exportações dependem da renda externa, e conforme cresce, há uma expansão da demanda externa, conseqüentemente um aumento da procura por bens, refletindo diretamente nas exportações e importações de determinado país.

Conforme o autor, a dinâmica da demanda interna acaba por influenciar o comércio exterior de um determinado país, pois a medida que essa aumenta observa-se a expansão da demanda por diversos bens, inclusive os estrangeiros, aumentando dessa forma a importação (BLANCHARD, 2007). Não esquecendo de levar em conta a taxa de câmbio, pois a taxa de câmbio real influencia a demanda interna diretamente, com a alteração na taxa de câmbio há uma alteração de preços relativos entre os produtos importados em relação os produtos

produzidos domesticamente, de acordo com o seu comportamento, há um maior ou menor grau de demanda por produtos estrangeiros.

Blanchard (2007) aponta que quanto maior for a demanda interna, mais alta será a demanda por bens em geral, tanto doméstico quanto os estrangeiros. Segundo o autor, quando há um aumento da demanda interna:

“(...) recai não só sobre os bens domésticos como também sobre os bens estrangeiros. Assim, quando a renda aumenta, o efeito sobre a demanda por bens domésticos é menor do que seria em uma economia fechada, levando a um multiplicador menor. E, como parte do aumento da demanda recai sobre as importações – e as exportações não se alteram-, o resultado é um déficit comercial. (...) De fato, quanto mais aberta a economia, menor o efeito sobre o produto e maior o efeito adverso sobre a balança comercial.” (BLANCHARD, 2007, p. 377).

Sobre o aumento da demanda estrangeira, Blanchard (2007) assinala que esse aumento leva, como resultado do aumento das exportações, tanto um aumento do produto doméstico, visto um aumento do produto, quanto a uma melhora na balança comercial.

Para concluir acerca da demanda, vale apresentar um modelo de Thirlwall (1979), que estuda sobre o papel da demanda em favor do crescimento econômico através do comércio exterior. As teorias de crescimento econômico buscam explicar o que determina a taxa de crescimento do produto de um país e porque suas taxas de crescimento são diferentes. Conforme McCombie&Thirlwall (1994 apud Soares, 2010), existem duas abordagens preponderantes, a neoclássica e a keynesiana. A primeira, examina explicações através de fatores relacionados à oferta e a outra leva em contrapartida a demanda a sua explicação. Conforme a teoria keynesiana, em uma economia aberta, a demanda depende não exclusivamente dos componentes do consumo, investimento e gastos governamentais, mas sim leva em conta o setor externo.

Autores como Thirlwall (1979), levam em conta a restrição no Balanço de Pagamentos como um fator que controle o crescimento, especialmente em países em desenvolvimento. Seu argumento baseia-se na expansão das exportações para que haja um crescimento na economia sem deteriorar a balança de pagamentos. De acordo com o modelo elaborado por ele, a *Lei de Thirlwall*, conclui-se que a taxa de crescimento de um país pode ser estimada através da razão entre a taxa de crescimento das exportações e a elasticidade de renda das importações.

O modelo dito acima, pode ser entendido como um instrumento de política de expansão da demanda. A *Lei de Thirlwall* leva em conta a elasticidade renda das importações, que é outro componente da razão que apresenta que o crescimento de um país condiciona-se também ao crescimento da renda mundial. Dessa maneira, dependendo da maneira que o país restringe a sua demanda acaba por levar a economia para um ciclo vicioso ou de crescimento sustentado. Em termos keynesianos, se a capacidade ociosa é constatada, há um desencorajamento, visto que os países em relação a outros países estão em desvantagem, piorando a balança de pagamentos. Já se um país é capaz de expandir a sua demanda acima de seu nível anterior, do nível existente da capacidade produtiva, por meio de aumento no investimento, progresso tecnológico ou deslocamento dos fatores, acaba por expandir a capacidade de importar, provocando um crescimento da economia como um todo, sem deteriorar a balança de pagamentos (THIRLWALL, 1979 apud SOARES, 2010).

### 2.2.3. Financiamento

De acordo com Lopez & Gama (2007), o financiamento representa a disponibilidade e a mensuração do custo dos recursos em relação ao tempo, praticável entre vendedores e compradores ou com a interveniência de terceiros, como as instituições financeiras. Conforme os autores, é comum as empresas brasileiras atuarem descapitalizadas, tanto por falta de recursos de seus proprietários ou acionistas, quanto por falta de interesse de investir seus capitais próprios ou falta de disseminação de diversificação de recursos que podem ser utilizados.

No Brasil existem alguns tipos de benefícios e financiamentos disponibilizados a quem deseja exportar, como o financiamento à produção exportável, que viabiliza o custeio da fabricação dos produtos a serem negociados no mercado internacional, possibilitando a aquisição de insumos, matérias-primas e outros recursos para a produção (LOPEZ & GAMA, 2007). Há também o *Proger Exportação*, que conforme os autores, trata-se de uma linha de crédito, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), com exclusividade para micro e pequenas empresas, com sede e administração no país. Outro benefício fornecido como financiamento de exportações, conforme os autores, é o Seguro de Crédito à Exportação (SCE) que garante a indenização por perdas líquidas definitivas que possam ocorrer em consequência do não recebimento de crédito concedido a clientes no exterior.

Desse modo, pode-se concluir que a viabilidade de financiamento está diretamente relacionada ao incentivo às exportações, dentro dessa análise em específico, onde cabe ao governo, incentivar tanto por meio de recursos públicos, quanto incentivo aos privados, a proveniência de benefícios a produção exportadora.

#### 2.2.4. Subsídios

Consoante ao financiamento os subsídios podem ser vistos como um incentivo financeiro aos produtores de determinados bens exportáveis. De acordo com Krugman & Obstfeld (2005), os subsídios podem ser aplicados tanto de forma direta quanto indireta. Os diretos condizem com pagamentos efetuados ao produtor, já os indiretos são incentivos à financiamentos (conforme visto no item anterior), com a viabilização de juros menores ao produtor para obtenção de financiamento de sua produção, incentivando-o a obter maior crédito. Ainda que causem efeitos positivos, como incentivo a produção, tal recurso pode ser, devidas as proporções, maléfico ao governo, visto que pode se tornar muito dispendioso caso não seja bem estudado.

#### 2.2.5. Barreiras

Conforme Krugman & Obstfeld (2005), as barreiras tarifárias e não tarifárias podem ser utilizadas como instrumentos para conter as importações de determinado país, visto que essas são utilizadas, geralmente, com o objetivo de proteção da indústria doméstica.

Segundo os autores, a tarifa é um imposto cobrado quando um bem é importado. As tarifas específicas são cobradas como um valor fixo para cada unidade importada do bem. Já as tarifas ad valorem são cobradas como uma fração do valor dos bens importados, ambas com o objetivo de aumentar o custo de envio entre os países. As tarifas ocasionam aumento nos preços dos países que importam, Krugman & Obstfeld (2005), afirma que a tarifa encarece o preço interno, dessa forma contribuindo para o aumento da oferta local do bem em questão, considerado que os produtores ofertam em maior quantidade por um preço mais elevado, desse modo, o preço é maior no país importador que no exportador.

As barreiras não tarifárias utilizam cotas de importação, limitações à quantidade de importação, e restrições à exportação, com limitações as quantidades exportadas, utilizadas pelo país exportador com a intenção de restringir exportações àqueles que desejam importar desse.

Têm-se como exemplos cota de importação, onde há limite quantitativo ao bem comercializado (unitário, por peso ou volume), limitando as importações. Já as barreiras técnicas são provenientes do uso de normas ou regulamentos, tendo o produto a ser importado se adequar normas internacionais e algumas exigências do país importador. Há a barreira antidumping, onde há proteção contra a prática de dumping, que se caracteriza por introduzir um bem em um mercado doméstico com preço de exportação inferior ao valor normal praticado no país de origem. Há também as barreiras fitossanitárias que tem o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade nas importações de origem animal e vegetal, usando como ferramenta o controle de produtos químicos e possíveis contaminações. E, por fim, as salvaguardas compete à proteções temporárias e seletivas, com objetivo, assim como as outras, de dificultar a penetração de produtos importados que coloquem em risco os bens domésticos, de semelhança.



### **3. COMPORTAMENTO DO SETOR EXTERNO BRASILEIRO E O CONTEXTO INTERNACIONAL ATÉ 2000**

Desde o seu surgimento o Brasil caracteriza-se como um país primário-exportador, ou seja, uma economia baseada na produção de bens primários. Tal característica é marcada de fato a partir de 1888, com a produção hegemônica de café no país. Não se pode afirmar que no período compreendido entre 1888 até a década de 30 tenha existido uma economia industrial, visto que essa era de cunho estritamente mercantil, porém não restam dúvidas que foi através do capital acumulado do café que foram geradas as divisas sobressalentes para a inserção de uma tímida indústria que tinha como característica uma subordinação ao complexo cafeeiro.

A indústria que ascendia girava em torno de atividades relacionadas a produção de café e, também, algumas atividades de segmento urbano. Todo o investimento industrial era resultado das exportações cafeeiras e, consequente a isso, seu crescimento dependia do comportamento das exportações vigentes. Pode-se afirmar que nesse período em questão há uma transferência, ainda que modesta, do capital cafeeiro para o capital industrial brasileiro. Segundo o autor Cardoso de Mello (1982), o capital cafeeiro criou, além de dividas excedentes para acumulação de um capital industrial, condições como oferta abundante de mercado de trabalho e também capacidade de importar alimentos, meios de produção e bens de consumo.

A trajetória da indústria brasileira inicia de fato com a crise cafeeira, na década de 30. O Brasil tinha como característica um modelo primário-exportador, através das exportações de café, sendo liderado pelas oligarquias cafeicultoras. Após a Grande Depressão há uma queda dessa produção, devido a diminuição da demanda externa e queda dos preços, foram necessárias várias intervenções por parte do governo para tentar manter a cultura do café, porém seu declínio foi inevitável. Diante desse contexto, de acordo com Furtado (1983), após a grande depressão houve uma queda no nível de renda, cerca de 25% a 30% e o índice de preços de produtos importados subiu substancialmente, fomentando cada vez a procura interna desenhando um novo cenário. A demanda interna tornou-se o fator-chave, o elemento dinâmico dessa conjuntura em recessão mundial, surge então um setor industrial ligado ao mercado interno, com a finalidade de atender essa demanda ascendente.

Baseado inicialmente por um modelo de industrialização por substituição de importações o país teve como saldo uma rápida ascensão da indústria criando uma renda interna excedente. Após a década de 30, um novo nível de preços relativos surge através da crise e das fortes desvalorizações cambiais. Há também uma diminuição das importações e aumento da produção interna estimulando o surgimento das indústrias destinadas a substituir as importações. Esse modelo caracteriza não somente o início de uma produção interna para satisfazer sua demanda, mas também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país. De acordo com Furtado (1983), a Grande Depressão caracteriza a ruptura com o modelo primário-exportador em favor de um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno. Porém todo esse processo torna-se de certa forma limitado, denominando-se uma industrialização restringida por ser incompleto, pois o setor de bens de produção ainda era muito pouco desenvolvido no país. Segundo Cardoso de Mello (1982), as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, de uma vez, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

Após o período de crise, o Brasil vive um período de grande instabilidade política, com o golpe militar de 1937 e a instituição do Estado Novo que se estende até meados da década de 40. Representa o fim da descentralização republicana e a queda da oligarquia cafeeira, como reforça Lacerda (2006) :

“Além de representar o fim da descentralização republicana, fruto do próprio enfraquecimento da oligarquia cafeeira, foi uma tentativa de afirmação de um projeto nacional, no qual caberia ao Estado assumir o papel de indutor do desenvolvimento industrial, quer implantando agências governamentais para regulação das atividades econômicas, quer estabelecendo uma nova legislação trabalhista, quer ainda assumindo o papel de produtor direto...” (LACERDA, 2006, pg. 79)

Diante disso pode-se constatar a forte presença do Estado como propulsor da industrialização brasileira. Nos países de industrialização tardia era imprescindível a presença desse, visto que os processos de industrialização do século XX eram caracterizados por um capitalismo monopolista, segundo Lacerda (2006), com predomínio de grandes corporações, cabendo ao Brasil como saída a implantação grandes projetos industriais liderados pelo Estado.

De acordo com Rezende (2011), o governo de Getúlio Vargas na década de 30 marca o processo de intervenção do Estado na economia com a finalidade de promoção do desenvolvimento. Diante de uma crise internacional e com o amparo do fortalecimento do poder Executivo, há a promoção de uma reforma administrativa pautada no protecionismo industrial, com a finalidade de estimular mudanças no setor produtivo nacional que até então pautava-se no modelo agrário exportador, alterando a relação de forças existentes no poder político nacional. A criação do Conselho Federal de Comércio Exterior marca a criação de órgãos voltados ao planejamento, pois tinha como objetivo central a formulação de políticas econômicas voltadas para a redução da dependência externa.

Após os diversos estímulos coordenados pelo até então presidente Getúlio Vargas, segue o governo de Gaspar Dutra delineado por princípios liberais de Bretton Woods, influenciado pelo fim da guerra e a ascensão do liberalismo americano, trazendo à tona a discussão sobre as políticas econômicas liberais, contrário ao comportamento do governo anterior. Este governo não apresenta de forma consistente nenhum plano maciço em prol do desenvolvimento industrial, porém houve uma significativa valorização da taxa de câmbio no qual produz efeitos positivos como subsídio à importação de bens de capital e bens intermediários, protecionismo contra bens competitivos e aumento da rentabilidade da produção.

Posterior a esse enfraquecimento do fomento à indústria, surge a volta de Vargas ao governo com um forte viés nacionalista. As políticas em prol da indústria eram focadas na indústrias de bens de capital e bens intermediários com restrições ao financiamento externo e também a participação de capitais estrangeiros, dessa forma, segundo Lacerda (2006), a acumulação era financiada internamente por altas taxas de lucro das atividades industriais com políticas de valorização cambial aliadas à transferências dos excedentes do setor agroexportador ao setor industrial. Nesse mesmo governo foi criada uma importante instituição para o fomento industrial brasileiro, BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - em 1952.

Havia uma grande divergência entre as classes sustentadoras do governo Vargas, a burguesia industrial e os trabalhadores. Os primeiros, apesar dos seus ganhos diretos e indiretos, estavam descontentes com o aumento dos custos de importação, devido a instrução 70 da SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, que provocava a desvalorização cambial. Já os trabalhadores sentiam-se insatisfeitos com os ganhos de produtividade decorrentes da crescente industrialização e cada vez mais faziam reivindicações. A crise

política foi tamanha que teve como desfecho um presidente suicida e um projeto nacional não efetuado.

E é a partir de 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek que observa-se uma efetiva implementação do conceito planejamento. Seu plano político consistia em concretizar um desenvolvimento industrial acelerado, com o desenvolvendo a capacidade produtiva, fomentando um novo padrão de acumulação no país. Diferente da proposta de Vargas, JK aceitava uma predominância de capital externo, Lessa (1981) afirma que a política econômica do Plano de Metas, instituído por Kubitschek, viabilizava um tratamento especial para o capital estrangeiro, de modo que, os gastos públicos e privados eram financiados através da expansão dos meios de pagamentos e do crédito, com o aumento da participação do Estado na acumulação de capital, estimulando também a acumulação privada, com empréstimos fornecidos pelo intermediário BNDES<sup>1</sup>. Para JK o passo para superar a barreira de subdesenvolvimento consistia na implementação de indústrias de bens de capital e intermediários, ou seja, naquela época, desenvolvimento significava industrialização. Conforme Rezende (2011), a motivação principal do governo vigente não era o combate a dependência externa, como Vargas, mas sim o estímulo ao capital estrangeiro para financiar a indústria brasileira. Ao estreitar as relações do capital privado nacional com o internacional há alteração do padrão de dependência externa.

O Plano de Metas proposto por Kubitschek tinha como objetivo central alcançar 31 metas, sendo essas setoriais, inclusa a construção de Brasília. Nota-se uma inserção de grande quantidade de capital estrangeiro no país, financiando gastos públicos e privados com expansão dos meios de pagamentos e do crédito.

Durante o Plano há uma expansão da participação do setor público, sendo seu grande financiador, na formação bruta de capital fixo e tinha um tripé, conforme Lacerda (2006), formado pelas empresas estatais, pelo capital privado estrangeiro e capital privado nacional. Ou seja, o Estado e a empresa oligopolista estrangeira foram os maiores propulsores do investimento no Brasil, o primeiro atuando na inserção de recursos para aumentar a infraestrutura e as indústrias de base e o segundo atraído por incentivos e oportunidades de crescimento fornecidos pelo planejamento do governo vigente, tendo em vista a ampliação de seu mercado interno. O capital privado beneficia-se atuando como fornecedor de insumos e distribuidor das multinacionais que aqui se instalam. Dessa forma, fica nítida a internacionalização da economia brasileira, impulsionada também pela concorrência acirrada

---

<sup>1</sup> BNDES: Bando Nacional de Desenvolvimento

das grandes corporações americanas e européias, essas viram seu mercado ser tomado por empresas norte americanas e protegeram-se instalando suas filiais em outros países, dentre eles o Brasil.

Com o desequilíbrio constatado na balança de pagamentos em 1958 há uma deterioração na relação entre o governo de JK, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, culminando no rompimento dessa em 1959, pois não houve concordância com a política de substituição de importações adotada pelo Brasil. A partir da década de 60 percebe-se um quadro de desequilíbrio político, conforme Rezende (2011) há uma instabilidade político-administrativa decorrente da ausência de uma diretriz política clara com a posse de Jânio Quadros e a tumultuada ascensão de João Goulart. Não houve um aperfeiçoamento efetivo do planejamento governamental, a tentativa da elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, formulada por Celso Furtado, não vingou devido a dificuldade encontrada pelo Executivo para impor sua agenda ao Legislativo, culminando em um plano falho.

No decorrer da década de 60 há uma transição no âmbito político brasileiro, com a instauração, em 1964, da ditadura militar. Os primeiros anos foram marcados pela conciliação da estabilização macroeconômica com a preservação do crescimento. Foi criado um plano de diretrizes governamentais, o Plano de Ação e Bases do Governo, o PAEG, onde propunha-se, conforme Rezende (2011), corrigir as distorções acumuladas no período anterior com a finalidade de contenção da aceleração inflacionaria, promovendo a estabilização monetária. Ainda de acordo com o autor:

“A implementação desses propósitos apoiava-se em um conjunto de reformas que se voltava para a modernização do Estado e a recuperação da sua capacidade de intervir direta e indiretamente na economia, consolidar a estabilidade monetária e construir uma economia competitiva.” (REZENDE, 2011, p. 180)

O Plano tinha com principal objetivo o combate a inflação concomitante a manutenção do crescimento, porém os resultados esperados não foram efetivamente alcançados. Segundo Rezende (2011), houve um encolhimento do mercado interno, pela pressão de baixa dos salários, causando um aumento da capacidade ociosa da indústria, ainda que tivesse ocorrido uma recuperação do desequilíbrio externo mediante o incentivo às exportações e a contenção inflacionária, o Plano não alcançou de fato seu viés de crescimento, pois não houve uma recuperação efetiva dos investimentos, limitando o crescimento do

período. Ainda que não tenha alcançado sucesso no que diz respeito ao crescimento econômico, obteve resultados positivos no que compete ao combate a inflação e à mudanças no quadro institucional brasileiro, com a criação de vários órgãos de suma importância para o ajuste da economia brasileira.

O chamado milagre econômico brasileiro se dá a partir de 1968 até 1974 onde constata-se um período de grande prosperidade econômica no Brasil. De acordo com Lacerda (2006) esse período beneficiou-se amplamente do crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais, no qual aumentou a sua abertura comercial e financeira. Podendo observar uma predominância dos setores produtores de bens duráveis e de bens de capital, a partir da capacidade ociosa implantada no Plano de Metas.

O período do pós-guerra até a década de 70 foi um período de altas taxas de crescimento na economia mundial, aumentando o crescimento de fluxos mundiais de comércio e capitais financeiros, dando abertura para saltos industriais até mesmo nos países subdesenvolvidos. Delfim Neto assume as políticas econômicas durante a Junta Militar ele assume durante o período do Milagre uma orientação de política monetária e creditícia expansionista. Segundo Lacerda (2006) o crescimento médio do PIB no período de 1967-1973 atingiu 11,2% ao ano, enquanto a indústria manufatureira cresceu à taxa de 12,6%, já os bens duráveis alcançaram em torno de 23,6% e o de bens de capital 18,1%. Houve um aumento das importações de 5,4% para 8,6% do PIB, acompanhado por um aumento mais que dobrado das exportações, mantendo a balança comercial equilibrada. Esse crescimento teve como base o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

Após o Milagre econômico, em 1973 assume a presidência o general Geisel, encontrando problemas na balança comercial provenientes dos desequilíbrios da período anterior. O então presidente recorre a políticas econômicas para enfrentar os desequilíbrios estruturais, implantando o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em que seria retomado o desenvolvimento do departamento I da economia. Dentre os objetivos do Plano, conforme Rezende (2011) estavam a preservação das altas taxas de crescimento registradas nos anos anteriores, manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos, geração de emprego, controle da inflação e melhoria na distribuição de renda. Ainda de acordo com o autor, a nova etapa desse processo de substituição de importações estava voltada para o estímulo à indústria doméstica de bens de capital e à produção interna de matérias-primas. Essa expansão do mercado interno foi favorecida pelo rápido processo de urbanização do país e a manutenção de estímulos à exportação tratariam da geração de demanda necessária para absorver esse crescimento.

De acordo com Lacerda (2006), o II PND tinha como proposta uma “fuga para a frente”, uma transformação estrutural, onde assumia os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, devido as condições favoráveis de financiamento, com o intuito de construir uma estrutura industrial avançada a fim de superar a crise e o subdesenvolvimento. As estatais serviam como auxílio à produção e também como mercado para as indústrias do setor privado. Entre os anos de 1974 e 1979 a dívida brasileira cresceu 20 bilhões de reais. Os empréstimo externo foi o principal fator para esse crescimento da dívida, ainda que houvessem esforços de direcionar a poupança interna para tais financiamentos, o empréstimo externo foi o principal propulsor.

De acordo com Lessa (1977), a empresa estatal ocupava o centro da industrialização brasileira, sendo dessas a base sustentadora do programa. As empresas, por ordem do governo, só podiam ter acesso ao sistema financeiro externo, não utilizando créditos internos, sendo um bom negócio para o sistema financeiro internacional diante de um quadro de reciclagem dos “petrodólares”, pois haviam exorbitantes excedentes que os países árabes exportadores de petróleo com o acúmulo do aumento dos preços de seus produtos. No final da década de 70 houve outro choque do petróleo, havendo uma arrefecimento do comércio mundial concomitante com transformações não favoráveis ao Brasil no cenário internacional, com fortes pressões inflacionárias e reversão das condições de financiamento, com a elevação dos juros internacionais, impactando dessa forma na balança de pagamentos e nas reservas brasileiras, tendo em vista que essa adotou seus empréstimos a juros flutuantes. Houve então uma aceleração da inflação, a deterioração da situação fiscal do Estado e déficits em transações correntes, resultando, segundo Lacerda (2006), na diminuição das taxas de crescimento industrial, caindo de 10,3% em 1976 para 4,9% do PIB em 1978.

A década perdida, como assim é caracterizada a década de 80 foi marcada por uma significativa queda nos investimentos e no crescimento do PIB, aumento do déficit em conta corrente, crescimento das dívidas externas e internas e pela crescente inflação, sendo um período de grande instabilidade para a América Latina como um todo. Com o fim do financiamento que até então era sustentado pelo exterior, ocorre a chamada crise da dívida, marcando a interrupção do modelo de desenvolvimentista.

O início dos anos oitenta é marcado por um período de grande instabilidade, especialmente durante o período compreendido entre 1981 e 1982. De acordo com Lacerda (2006), diversos economistas diagnosticaram a economia indicando a tomada de uma medida mais conservadora, como medidas de racionamento de combustíveis, o controle seletivo das importações e um programa de emergência de substituição de importações, além de um forte

apoio às exportações, com a finalidade de equilibrar a balança de pagamentos. Porém a postura adotada foi outra resultando em grandes dificuldades para financiar o déficit em conta corrente. Somente em 1982 há uma mudança de postura e o governo, após as eleições, decide recorrer formalmente ao FMI que adota como condição algumas metas. Outro evento de impacto negativo foi a moratória mexicana que, segundo Lacerda (2006), concomitante com a deterioração das contas externas brasileiras acabaram por dificultar o financiamento desse déficit, resultando em reservas liquidas em mais de US\$2 bilhões.

Desse modo houve um racionamento de financiamento externo a partir de 1979 até meados da década de 80 alterando o modo de relacionamento econômico para com o exterior, executando pagamentos de suas dívidas e amortizações. E é a partir dessa necessidade de cumprimento de seus compromissos que inviabiliza o processo de crescimento e expansão até então ocorrido, com o baixo desempenho de investimentos e um descompasso na balança de pagamentos. No entanto houve uma retomada de crescimento em 1984 que, conforme Lacerda (2006), esteve diretamente relacionada com a recuperação da economia norte-americana, estimulando um aumento das exportações e no crescimento da renda agrícola com o forte crescimento dos preços de produtos primários, devido à desvalorização cambial. A crise aparentemente vencida retorna a aparecer em 1987 com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa. Em 1989 houve um crescimento crescimento tipicamente populista. Conforme Suzigan (1992), na década de 80 houve um aumento da inserção do Brasil no que diz respeito às exportações intensivas em recursos naturais, energia e mão-de-obra. No entanto, houve uma queda no desenvolvimento científico e tecnológico que está diretamente ligada aos esforços que o país teve em equilibrar suas contas e à constante instabilidade inflacionária.

É durante a década de 90 que há a inserção de um novo modelo de crescimento pautado na abertura comercial no países em desenvolvimento. De acordo com Lacerda (2006), são questionáveis os benefícios da abertura econômica em países em desenvolvimento, pois deve-se levar em conta o ritmo do processo de abertura, o contexto macroeconômico e também a sequência dada à liberalização. Segundo o autor, deve haver uma certa razoabilidade, pois o processo não pode ser nem muito lento e nem de forma abrupta, deve ser levado em conta fatores microeconômicos e macroeconômicos, para não ser vulnerável à pressões políticas e não ocorrer um agravamento prejudicial em um rápido impacto do ajuste, respectivamente. Já sobre o ambiente macroeconômico, deve-se ter a percepção do grau de estabilidade que a economia internacional se encontra e também haver



uma especial atenção à taxa cambial do país para que seja favorável ao processo de abertura. E por fim atenção à sequência de liberalização do mercado de bens e de capitais.

O processo de abertura econômica nos países latino-americanos torna-se generalizado a partir de 1980 e é em 1988 que o Brasil inicia o seu processo de reforma comercial com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as suas importações. Durante a década de 90 há uma intensificação desse processo, com a redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias.

De acordo com Moreira e Correa (1996), o Brasil no período compreendido entre 1957 e 1988 tem sua estrutura tarifária baseada vigência de dispersão, média e modal elevadas, por uma incidência de redundância em toda a cadeia produtiva, consequência da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não-tarifárias, e por uma expressiva estabilidade das alíquotas. Apresentando dessa forma uma política protecionista, diretamente relacionada ao processo de substituição de importações até então adotado.

Conforme o quadro de instabilidade econômica e recessão ocorridos na década de 80, tornou-se inviável a continuidade do crescimento, visto que o Brasil tinha que quitar suas dívidas e pagamento de amortizações. Com o objetivo de honrar seus compromissos, a política econômica era sustentada por incentivos às exportações, porém no decorrer da década constatou-se um desempenho desfavorável aos superávits comerciais esperados que, conforme Lacerda (2006), cresceram abaixo da média mundial.

E é diante desse quadro que os formuladores de políticas econômicas optam por enfatizar a abertura comercial com viés reestruturante. Diante da carência de investimentos durante a década passada, houve a necessidade de uma política industrial efetiva, visto a emergência tecnológica ocorrida no âmbito internacional durante a década de 80, com novas tecnologias da microeletrônica, informática, energias renováveis, biotecnologia, telecomunicações, automação e novos materiais (LACERDA, p.208, 2006).

Durante o mandato de Collor foram lançados dois Planos econômicos, o Collor I e o Collor II, ambos tentativa de estabilização. O primeiro teve como característica principal o corte de gastos públicos e aumento da receita fiscal, porém teve efeitos passageiros, conforme Lacerda (2006), ainda que tenha alcançado um superávit primário de 4,5% no PIB em 1990, em 1991 esse índice cai pela metade. O segundo plano veio com o objetivo de conter a inflação, utilizou-se o congelamento dos preços, contração monetária e fiscal e unificação das datas-base de reajuste salarial. O período compreendido nesses dois anos foi marcado por uma forte recessão, aumento do desemprego e queda dos salários reais, culminando em última instância no impeachment do presidente Collor, em 1992.

A questão da liberalização comercial foi amplamente discutida e aplicada na década de 90. Conforme Lacerda (2006), havia a proposta da Política Industrial e de Comércio Exterior que tinha como principais estratégias a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária concomitante com a eliminação da distribuição indiscriminada de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos da defesa da concorrência; reestruturação competitiva da indústria mediante uma adoção de mecanismos coordenadores, como instrumentos de apoio creditício e fomento da infraestrutura tecnológica; através da especialização da produção, buscou-se fortalecer os segmentos potencialmente competitivos; expor a indústria à competição internacional, com maior inserção no mercado externo; e, uma maior capacitação tecnológica, com proteção tarifária às empresas que produzem tecnologia. Para viabilizar o alcance de tais objetivos foram criados o programa de Competitividade Industrial (PCI) e o programa brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). É a partir de 1990 que é instituída essa nova política, onde as tarifas mudariam gradualmente entre 1990 e 1994. Entre as definições adotadas pode-se destacar, conforme Moreira (1999): produtos sem similar nacional, com vantagem comparativa evidente, com proteção natural elevada ou commodities de baixo valor agregado, teriam nula sua alíquota; boa parte dos produtos manufaturados recebeu a alíquota de 20%; o setor automobilístico tinha proteção de 35% e o de informática 40%.

A partir da segunda metade da década de 90 houve uma expansão sobre as importações na balança comercial brasileira, onde a liberalização comercial e a estabilização da economia são consequências do Plano Real implantado em 1994. Outros processos ocorriam no mesmo período como uma maior integração do bloco Mercosul, o contínuo processo de privatização, a retomada dos investimentos no Brasil e a crise asiática (MOREIRA, 1999, p. 49). Pode-se observar através do gráfico da Balança Comercial, exportações e importações em milhões, o comportamento da balança de pagamentos pós Plano Real:

**Tabela 1: Balança comercial brasileira (R\$ milhões) – período: 1988/98**

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>
<b>1988</b>	33789	14605	19184
<b>1989</b>	34383	18263	16120
<b>1990</b>	31414	20661	10753
<b>1991</b>	31620	12041	10579
<b>1992</b>	35793	20554	15239
<b>1993</b>	38597	25480	13117

<b>1994</b>	43544	32701	10843
<b>1995</b>	46506	49859	-3353
<b>1996</b>	47747	53303	-5556
<b>1997</b>	52987	61351	-8364
<b>1998</b>	51120	57550	-6430

Fonte: Banco Central      Elaboração: própria

Ao observar o gráfico pode-se constatar o desequilíbrio entre as exportações e importações a partir de 1994, onde a pauta de importações ganha um espaço muito mais significativo na balança comercial brasileira, consequência direta da mudança das alíquotas e da implementação da abertura comercial. A estabilização de preços proveniente do Plano Real foi um choque competitivo, pois com a manutenção de uma âncora cambial e com taxas de juros elevadas, acabou por resultar em uma maior exposição à concorrência externa. As consequências imediatas foram além do aumento do coeficiente de importação e da exteriorização da produção com redução do valor adicionado por parte da indústria nacional, culminou também em um aumento da participação de setores intensivos em recursos naturais e com foco na baixa tecnologia, representando dessa forma, ao contrário do que se esperava, um retrocesso industrial.

O BNDES<sup>1</sup> exerceu papel fundamental como financiador dos setores de infraestrutura econômica privatizados, apoiando o processo de reestruturação industrial, atuou também como agência de financiamento às exportações e fomentou os setores de tecnologia de ponta. Segundo Lacerda (2006), o Banco desempenhou um modelo de desenvolvimento denominado integração competitiva e continha no seu plano estratégico três principais focos como a modernização da estrutura produtiva existente, com melhorias tecnológicas nas unidades já instaladas, substituição de processos e unidades produtivas obsoletas, aplicação de sistemas de automação industrial, introdução de novos produtos e reestruturação de modelos de comercialização e administração técnica; ampliação da capacidade produtiva com expansão em setores de bens de consumo e de insumos básicos, para atendimento da demanda interna; e, por fim, investimentos nos setores de infraestrutura, principalmente nos setores de energia elétrica, transportes e portos.

No que concerne a vulnerabilidade o país tornou-se extremamente suscetível às alterações do cenário internacional. De acordo com a Lacerda (2006), a medida que depende de recursos externos para cobrir as necessidades de financiamento em moeda forte acaba por tornar as variáveis da economia subordinadas à obtenção desses recursos, ou seja, qualquer

---

<sup>1</sup>BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento

alteração do cenários internacional tende a afetar o fluxo de recursos destinados ao Brasil e consequentemente o seu financiamento. Os países periféricos ao adotarem a livre mobilidade de capitais passam a ter o seu poder limitado sobre o controle de suas taxas de cambio e consequentemente de suas políticas monetárias. Ainda de acordo com o autor, o efeito de um longo período de valorização do real acabou por implicar em um aumento significativo das importações, porém de modo descompassado com as exportações, acarretando em um ampliado crescimento do déficit em conta corrente, concomitante com o crescente déficit em serviços.

Houve um significativo aumento do fluxo de investimentos diretos estrangeiros, no qual o Brasil entra na desses especialmente pós Plano Real, pois a única resistência, visto a abertura econômica, era a inflação que foi estabilizada com o plano. Lacerda (2006) afirma que as privatizações e o as fusões e aquisições formaram um conjunto de fatores favoráveis, concomitante com a expansão do fluxo internacional de capitais, para investimentos no país, com atingindo US\$ 32,8 bilhões em 2000. Posteriormente esse fluxo veio decaindo. Entre 1994 e 1998 a principal ferramenta foi para estabilização dos preços eram as taxas cambiais e os juros exerciam equilíbrio na balança de pagamentos. Porém a partir de 1999 há uma inversão desses fatores, cabendo as taxas cambiais o controle do equilíbrio da balança de pagamentos e os juros com o controle da inflação.

#### 4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PERÍODO 2000 A 2010

Conforme Maia (2010), até 1999 o regime cambial brasileiro era conhecido pelo Sistema de Bandas Cambiais, isso é quando as divisas (dólar) atingiam certos limites, o Banco Central intervinha no mercado comprando ou vendendo dentro da faixa estabelecida pelo governo, podendo assim estabilizar o preço da moeda estrangeira. Esse procedimento acabou por gerar saldos negativos na Balança Comercial até 2000. A partir de 1999, o Governo adotou o câmbio livre, deixando o próprio mercado fixar o valor das divisas.

Pode-se observar de acordo com a tabela abaixo, um significativo crescimento no saldo comercial a partir do ano de 2000. Dentro do período estudado há notoriamente um bom desempenho da balança comercial, tendo como destaque o ótimo desempenho que as exportações vieram obtendo ao longo dos anos, claramente impulsionada pelas commodities, como será melhor explicitado ao longo do capítulo. Ainda que o período anterior tenha sido desfavorecido, com uma série de déficits ao longo dos anos agravados pela implementação do Plano Real, em 1994, e também por diversas crises internacionais, pode-se observar uma significativa recuperação ao longo da década de 2000.

**Tabela 2: Balança comercial brasileira (US\$ bilhões) – período: 2000/10**

	EXP BRASIL (FOB)		IMP BRASIL (FOB)		
					SALDO
Período	US\$ bi	Var.	US\$ bi	Var.	
	(B)	%	(D)	%	
2000	55.1	14.8	55.9	13.3	<b>-697.7475</b>
2001	58.3	5.7	55.6	-0.4	<b>2,650.47</b>
2002	60.4	3.7	47.2	-15.0	<b>13,121.30</b>
2003	73.2	21.1	48.3	2.3	<b>24,793.92</b>
2004	96.7	32.1	62.8	30.0	<b>33,640.54</b>
2005	118.5	22.6	73.6	17.1	<b>44,702.88</b>
2006	137.8	16.3	91.4	24.1	<b>46,456.63</b>

2007	160.6	16.6	120.6	32.0	<b>40,031.63</b>
2008	197.9	23.2	173.0	43.4	<b>24,835.75</b>
2009	153.0	-22.7	127.7	-26.2	<b>25,289.81</b>
2010	201.9	32.0	181.8	42.3	<b>20,146.86</b>

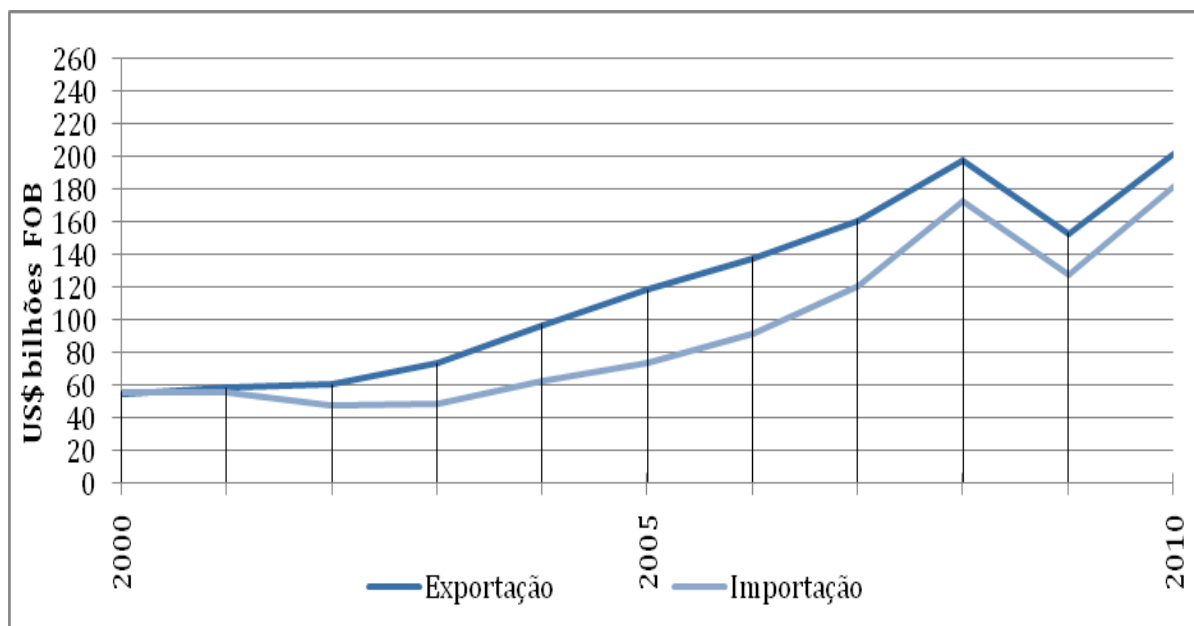
Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: própria

De acordo com a tabela acima, pode-se perceber que as exportações tiveram papel central no desempenho da balança comercial, impulsionadas pelo aumento do preço das commodities e o crescimento da demanda internacional. E foi a partir desse desempenho positivo que o país equilibrou a sua balança de pagamentos que, conforme Souza (2009), mudou a posição do Brasil, passando de economia endividada a uma posição de destaque, mudando a sua imagem e atraindo maiores capitais internacionais.

Os saldos comerciais foram crescentes, atingindo patamares recordes ao longo da década, porém a partir de 2007 há uma queda no desempenho da balança comercial, impulsionada pela valorização real, tendo em vista o exorbitante desempenho exportador. Desse modo, pode-se notar a clara diferença de variação na transição entre o ano 2006 a 2007, tendo um significativo aumento nas importações, enquanto as exportações variam com pouca magnitude. Essa mudança nas variações de exportações para as de importações, asseguraram a manutenção do comércio internacional. E é a partir de 2008 que há uma queda abrupta tanto no volume de exportações quanto no volume de importações, com o aprofundamento da crise há uma interrupção do crescimento em volumes de exportação e importação no país, bem como o fluxo de comércio internacional como um todo.

**Gráfico 1: Balança comercial brasileira (US\$ bilhões FOB) – período 2000/10**

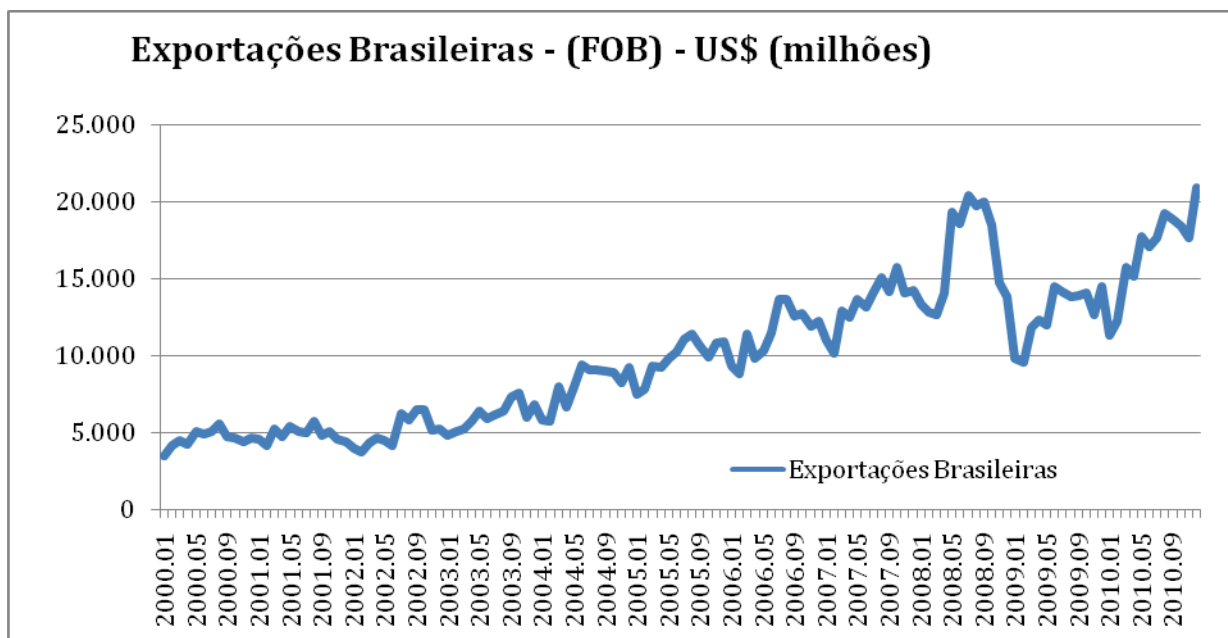


Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

No gráfico apresentado anteriormente, fica evidente que após as dificuldades de capacidade de planejamento da economia brasileira vividas na década de 90, e as instabilidades cambiais provenientes desses desequilíbrios, o saldo da balança comercial brasileira volta a ser positivo.

A partir do ano de 2000, a estabilidade cambial permite que as transações de mercadorias brasileiras no mercado internacional, passem a realizar um saldo positivo, influenciando positivamente também o saldo da conta corrente. Embora o volume de importações na economia brasileira tenha aumentado significativamente, esse saldo positivo é conseguido via forte aumento das exportações, explicado em grande parte pela depreciação do real frente ao dólar durante o ano de 2000 e pelo aumento da demanda mundial pelos produtos que compõem a pauta de exportação brasileira, como veremos no decorrer do capítulo.

**Gráfico 2: Valor das exportações brasileiras (US\$ milhões FOB) – período 2000/10 mensal.**



Fonte: AliceWeb (SECEX)

Elaboração: própria

Segundo IEDI (2001)<sup>1</sup>, as exportações em 2000 foram favorecidas pelo crescimento expressivo do comércio mundial, cerca de 10% com relação ao ano de 1999. Outros motivos para o incremento das exportações a partir de 2000 se dão pelo o ganho de produtividade proveniente da reestruturação produtiva brasileira, resultado da abertura comercial da década de 90, e da desvalorização cambial, melhorando a competitividade em nível internacional.

Os dois anos seguintes, seguiram com crescimento dos preços, porém de maneira modesta. Em 2001, a pauta exportadora teve desempenho de US\$ 58,3 bilhões, crescendo 5,7% em relação a 2000, já as importações tiveram uma variação negativa, caindo sua receita para US\$55,6 bilhões, fazendo com que o saldo comercial desse um salto. No ano seguinte, ainda que as exportações tivessem um crescimento de 3,7%, inferior ao ano que passou, o saldo comercial foi favorecido pela queda ainda mais brusca das importações. O período de 2001 e 2002 foram os anos que tiveram a menor taxa de crescimento das exportações, de acordo com AEB (2012)<sup>2</sup>, tal desempenho foi resultado de uma baixa no preço das commodities nesse período, negativamente influenciadas pelos subsídios e protecionismo

<sup>1</sup> IEDI: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

<sup>2</sup> AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil



praticados por países desenvolvidos. Mesmo com a desvalorização cambial, segundo BBC (2003)<sup>1</sup>, pode-se perceber que a consolidação do aumento das exportações só se concretizou com o aumento da demanda externa nos anos subsequentes e com retomada do crescimento dos preços das commodities. Ainda com pequenas variações, as exportações foram favorecidas pela recuperação da economia internacional, conforme BBC (2003), e exportações para o país vizinho, a Argentina.

No entanto o resultado foi diferente a partir de 2003, que diferente das exportações mundiais, o Brasil passou por um salto em suas vendas internacionais. A partir desse ano, com a expressiva alta do preço das commodities, o Brasil passa por um boom exportador, atingindo patamares até então não vistos, onde as exportações começam a crescer de forma mais expressiva com relação aos anos anteriores, 21,07%. Tal ascensão é devida a retração da demanda interna e diversos fatores externos, como o crescimento do comércio mundial e, conforme BBC (2003), ao aumento vendas de carnes e matérias primas em consequência à crise da “vaca louca”, na zona européia. Consoante a isso, o Brasil volta a realizar exportações para a Argentina e consolida novas exportações, como a China.

Já em 2004, conforme IEDI (2005)<sup>2</sup>, as exportações somaram US\$ 96,5 bilhões e as importações US\$ 62,8 bilhões, resultando em um saldo de US\$ 33,7 bilhões, superando o ano de 2003. Ainda que com um crescimento das importações, pode-se perceber o salto que as exportações dão em 2004, diferente do ano anterior. O crescimento das importações resulta de um crescimento econômico no país e a maior demanda por bens de capitais e insumos. Os preços internacionais colaboraram para o aumento das exportações, maiores que o ano anterior, a combinação de grandes quantidade e preço faz o destaque das exportações serem resultado de produtos básicos.

Em 2005, os saldos continuam positivos. As exportações tiveram um desempenho de US\$ 118.5 bilhões, aumentando 22,6% em relação ao ano anterior. Ainda que tenha crescido menos em relação ao ano anterior, o resultado foi bastante positivo levando-se em conta a apreciação do real no período, onde o dólar passou de em torno de R\$ 2,70 no início de 2005 para R\$ 2,28 no fim do ano. Além de um salto quantitativo, foram registradas mudanças positivas nos perfis de exportações, conforme IEDI (2006). Houve maior diversificação nas exportações e novos setores foram incorporados aos tradicionais, de cunho primário. Ocorreu também uma diminuição da dependência de segmentos com menor intensidade e dinamismo tecnológico. Da mesma forma que 2004, em 2005 o crescimento das exportações veio

---

<sup>1</sup> BBC: British Broadcasting Corporation

<sup>2</sup> IEDI: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

acompanhado de um crescimento das importações, menor que o ano interior mesmo com a depreciação do dólar.

No ano de 2006, conforme IEDI (2007), as exportações somaram US\$137,5 bilhões e as importações US\$ 91,4 bilhões, resultando em US\$ 46,1 bilhões na balança comercial. No que se refere ao dinamismo das exportações, em 2006 houve um aumento de 16,2% com relação a 2005, ainda que tenha tido um resultado menor, no que diz respeito a variação do crescimento, pode-se concluir que os anos de 2005 e 2006 foram os mais relevantes no período de estudo, no saldo comercial. A variação das importações foi maior que a das exportações no ano em questão, porém ainda assim o saldo comercial foi marcante.

Em 2007, as exportações atingiram US\$ 160,6 bilhões e as importações US\$ 120,6 bilhões em 2007, resultando em US\$ 40,0 bilhões na balança comercial. O crescimento das exportações alcançou 16,6% em relação a 2006, quando as exportações foram de US\$ 137,8 bilhões. Ainda que tenha tido um crescimento significativo na pauta de exportações, pode-se observar que se manteve estável o crescimento da pauta exportadora, enquanto as importações tiveram um saldo significativo no seu crescimento, de 32%. Ainda que, conforme IEDI (2008), o crescimento mundial tenha sido favorável às exportações, pode-se levar em conta como influência negativa a valorização da moeda nacional, resultando em um maior crescimento das importações frente às exportações.

É a partir de 2008 que começa a mudar o comportamento das exportações brasileiras, bem como as importações. Nesse ano as exportações atingem US\$ 197,9 bilhões e as importações US\$ 173,2 bilhões, com um saldo de US\$ 24,7 bilhões. Referente às exportações, essa teve um crescimento de 23,2%, crescimento maior que o ano anterior. Porém as importações atingem o seu maior crescimento no período, com 43,4% de crescimento, enfraquecendo o desempenho do saldo comercial. No período estudado, é no ano de 2008 que há a maior queda da balança comercial, registrando queda de 38 pontos percentuais. Desde 2002, o saldo comercial teve expressivas expansões, graças ao potencial exportador, porém a partir de 2007 há uma queda nesse desempenho, resultando em baixo desempenho no ano de 2008. É a partir do segundo semestre de 2008 que notam-se os reflexos da crise, de fato, influenciando negativamente a magnitude desse resultado em 2008. Já havia uma tendência de queda em 2007 devido à valorização do real, no entanto é a partir da dissipação da crise internacional que os resultados ficam ainda mais acentuados.

A crise financeira internacional teve início no primeiro semestre de 2007, segundo Torres Filho e Puga (2009), seus efeitos sobre o nível de atividade mundial ficaram restritos a alguns países desenvolvidos e alguns setores, como imobiliário e automobilístico, até

setembro de 2008. No Brasil, o cenário era positivo nesse período, com um ritmo de expansão da economia alcançando 7% ao ano. Porém, no segundo semestre de 2008, esse cenário altista começa a mudar. Segundo os autores, houve uma parada súbita dos mercados financeiros, seguida por contração abrupta do comércio internacional, reduzindo no mesmo tempo preços e quantidades.

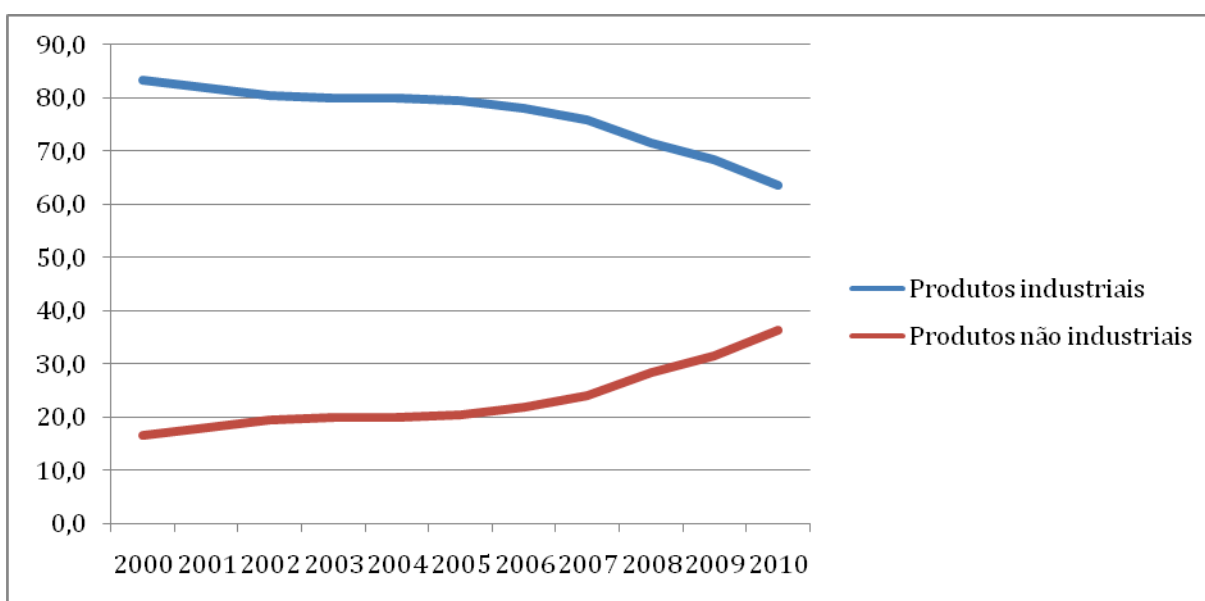
Os anos de 2009 e 2010 tiveram comportamentos antagônicos. Em 2009, seguem os reflexos da crise, as exportações atingem US\$ 153 bilhões, com uma queda de 22,7%, já as importações atingem US\$ 127,7 bilhões, resultando em uma queda de 26,2% em relação ao ano anterior. Ambas as variações, são as menores do período de estudo. Por fim, em 2010, houve uma significativa recuperação na pauta exportadora, alcançando US\$ 201,9 bilhões, as importações alcançaram US\$ 181,8 bilhões, resultando em um saldo de US\$ 20,46 bilhões, crescendo 42% em relação ao ano anterior. Dessa forma, temos em 2009 os resultados da crise e em 2010 a sua suave recuperação. Houve uma manutenção da taxa de câmbio em nível apreciado e flutuação dos preços das commodities a partir de 2007, corroborando para a queda de desempenho das exportações brasileiras, concomitante à crise, devido à diminuição dos fluxos comerciais em nível mundial.

Conforme visto, o Brasil passou por uma fase de grande ascensão e queda no período estudado, passando por um grande crescimento dos períodos de 2001 a 2006 porém, a partir de 2007, constata-se um desaquecimento das pautas exportadoras. Cabe a seguir, examinar o comportamento das exportações por fator agregado, bem como os determinantes de sua ascensão histórica.

#### **4.1. Composição das exportações brasileiras**

Cabe nessa seção analisar a composição das exportações por fator agregado, no período de 2000 a 2010, analisando o comportamento das exportações e seus fatores, levando em conta contexto macroeconômico e seus determinantes.

**Gráfico 3: Participação dos produtos industriais e não industriais no valor das exportações brasileiras(%) – período 2000/10**



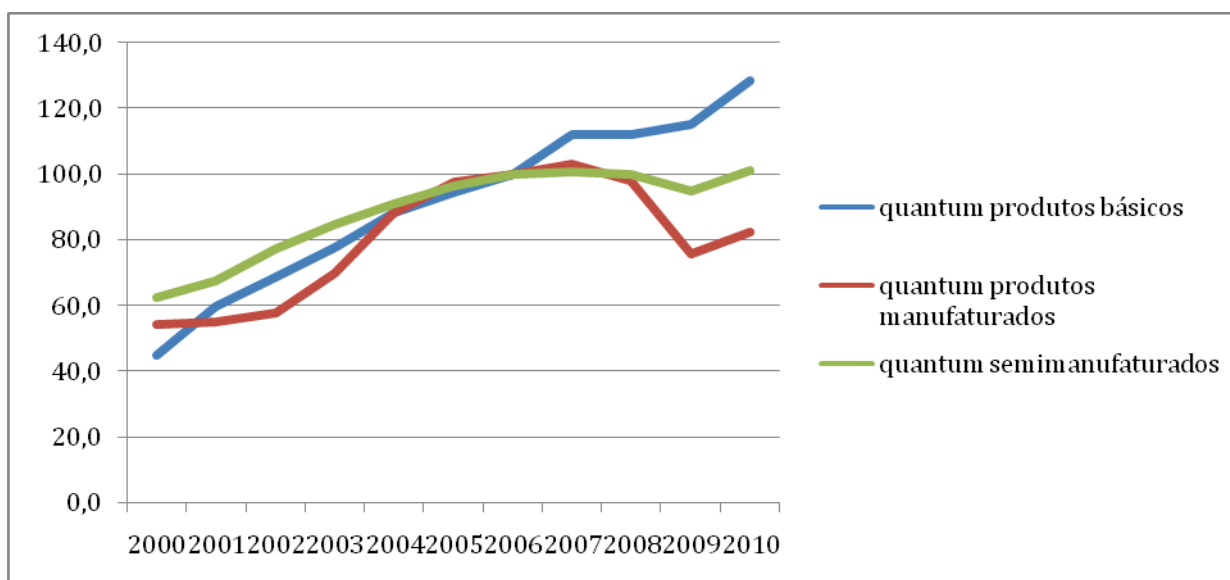
Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Fonte: AliceWeb.

Elaboração: própria.

As exportações brasileiras ao longo de sua história econômica, sempre foram caracterizadas por serem compostas de produtos que possuem baixo valor agregado. Durante o período analisado, o evidenciado não foi diferente daquilo que se espera. Porém, ao longo do processo de industrialização brasileira já relatado anteriormente nesse trabalho, diversos produtos manufaturados foram sendo introduzidos nessa composição. A estrutura econômica brasileira, foi muito alterada no século XX, e a diversificação econômica resultante desse processo, junto à abertura comercial da década de 90, permitiu ao Brasil entrar na dinâmica das exportações mundiais de bens manufaturados. Porém, entre o ano de 2002 e 2010, as exportações brasileiras de bens industrializados perderam participação no montante total, e durante praticamente toda década esse quadro foi mantido. Indicando uma possível reprimarização da economia brasileira, mas para isso ser afirmado, faz-se necessários outros tipos de análise.

**Gráfico 4: Variação do quantum por fator agregado(%) - índice (média 2006 = 100) – período 2000/10**



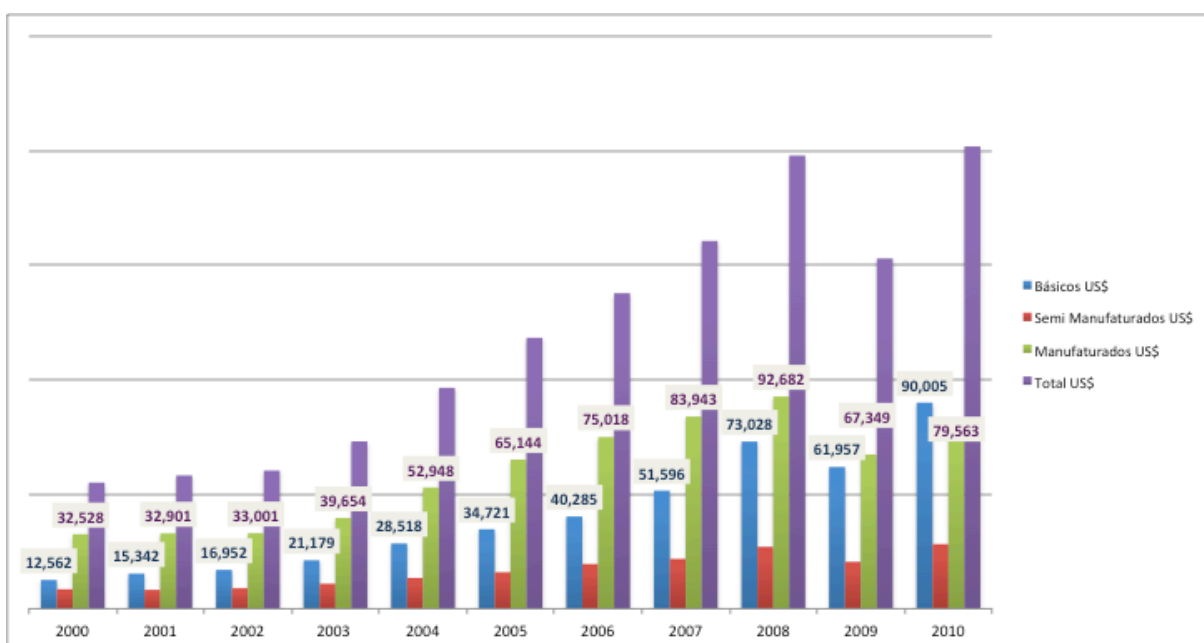
Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Elaboração: própria

De acordo com o gráfico acima, as exportações brasileiras seguiram sua trajetória de bom desempenho, durante quase toda década, os setores cresceram em suas quantidades exportadas, com exceção pós crise, onde os fluxos do comércio mundial não colaboraram para as exportações do país. Pode-se notar que ao longo da década, o setor que melhor se destaque são os de bens básicos, esse desempenho pode ser visto como fruto das inovações tecnológicas do setor agrário, que contribuíram muito para o sucesso do aumento da produtividade, além de uma demanda crescente por commodities, especialmente por parte da China. O período em questão foi caracterizado por alto nível de geração de riqueza e forte crescimento as economias nacionais na maior parte do mundo, e o Brasil fazendo parte desse contexto internacional, acabou sendo favorecido. Porém, como podemos ver no gráfico discutido, a partir da instauração da maior crise econômica desde a década de 30, do século passado, as exportações dos produtos industrializados caíram muito em um curto período de tempo, reflexo direto da restrição da demanda por parte dos agentes econômicos que compõem os parceiros econômicos do Brasil.

Ainda que, conforme o gráfico acima, há uma grande queda da quantidade exportada, essa queda não é vista de forma tão intensiva dentre os produtos básicos da economia

brasileira, pois grande parte desse volume exportado vai para países que foram pouco atingidos pela crise de 2008, como a China, que continua a crescer a taxas altíssimas quando comparados aos países ocidentais, justificando e mantendo a forte demanda por produtos produzidos no Brasil. A relação comercial entre Brasil e China necessita de uma análise mais minuciosa que faremos mais a frente.

**Gráfico 5: Valor das exportações por fator agregado (US\$ milhões) – período 2000/10**

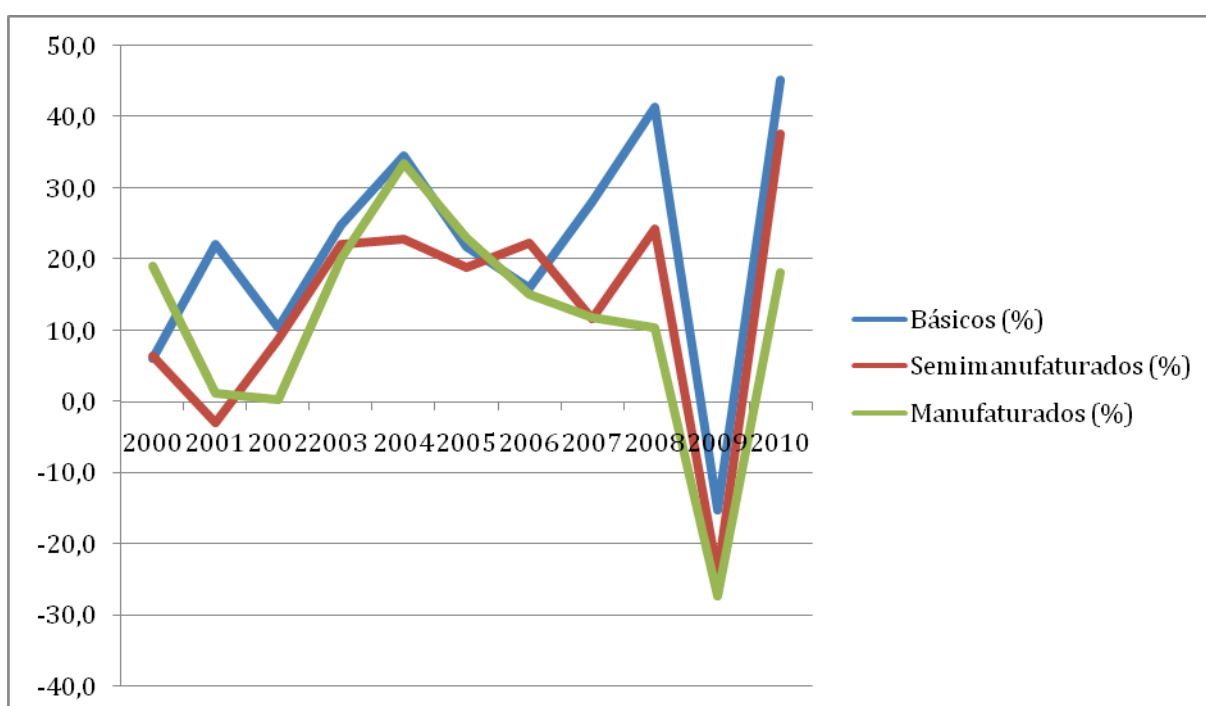


Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

De acordo com o que já foi apresentado, o Brasil tem como peculiaridade principal em seu comércio internacional a incorporação dos recursos naturais na sua pauta de exportação, produtos majoritariamente de cunho primário, com uma forte base exportadora agropecuária e agroindustrial. No decorrer dessa década, conforme Torres Filho e Puga (2009), houveram poucas mudanças na estrutura da pauta de exportações, ou seja, no padrão de especialização da economia brasileira em si. Pode-se destacar a mudança da composição das exportações, de acordo com o gráfico, com aumento de importância significativa nos produtos de cunho básico. Tal característica pode ser benéfica ou não, levando em conta a escassez dos recursos em ordem mundial. Países que apresentam recursos naturais escassos ou já muito explorados, comumente especializam sua pauta de exportação em bens de maior valor agregado.

O Brasil ao longo de sua trajetória, não se desenvolveu, apenas modernizou-se, conforme Furtado (1983). O autor afirma que houve uma industrialização atendendo determinadas demandas elitistas, para assemelhar-se ao padrão de consumo das sociedades de indústrias mais avançadas, no entanto não passou por um processo de acumulação necessário para absorver uma força de trabalho excedente da economia, fazendo com que o país tenha uma falsa independência em relação aos bens de consumo finais, porém não a altura de competir com tais bens em âmbito internacional. A persistência das exportações de commodities assegura a capacidade de importar do país ao longo da década, mantendo-se os produtos manufaturados dentro do mercado doméstico e não o exportando.

**Gráfico 6: Variação do valor exportado (%)– período: 2000/10**

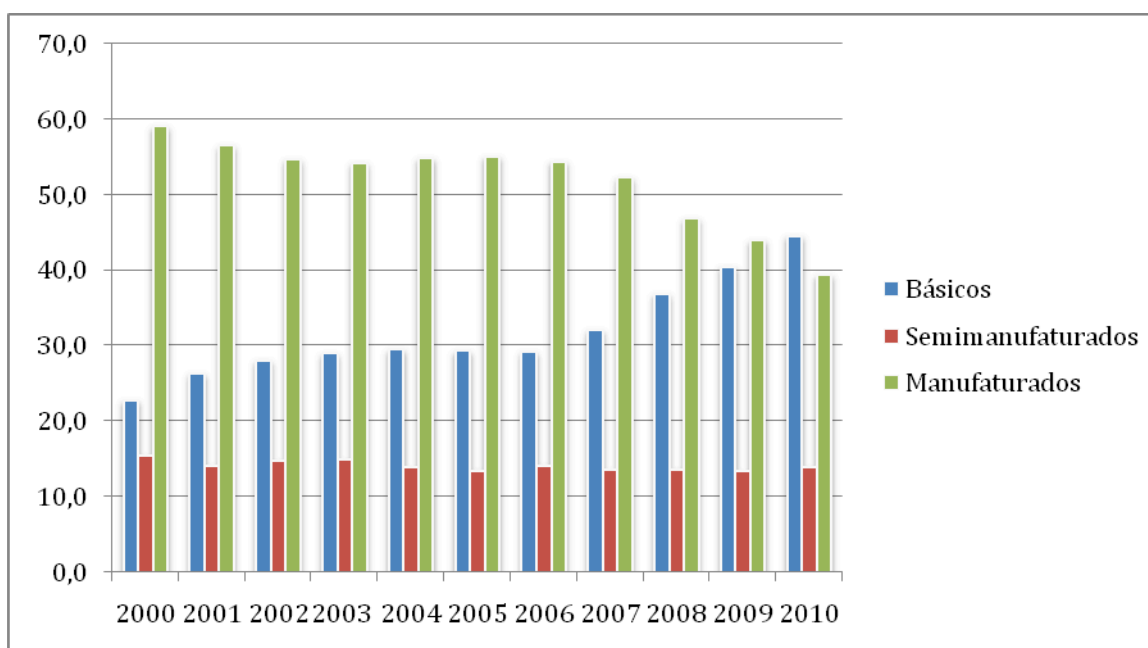


Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

Conforme o gráfico 4, visto anteriormente, embora durante a crise as exportações de manufaturados e semimanufaturados tenham caído nas suas quantidades exportadas, os básicos continuaram a subir de acordo com o quantum. Porém, o gráfico 6 torna-se relevante, pois evidencia como a receita dos produtos básicos caíram em função da crise. Tal desempenho corresponde, de forma explícita, à alta valorização que os preços das commodities vinham tendo. Conforme o gráfico acima, todos os produtos caem de forma

abrupta com a crise, por queda das quantidade e dos preços, resultado direto da crise internacional e arrefecimento da demanda externa para com os produtos brasileiros. Será explicitado melhor essa valorização dos preços das commodities no decorrer do capítulo.

**Gráfico 7: Participação do total por Fator Agregado (%) – período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

Conforme o gráfico 7, demonstra-se a evolução da participação em relação ao total exportado por fator agregado, pode-se notar que há uma grande evolução no que diz respeito aos produtos básicos, crescendo a sua participação em 21.8 pontos percentuais. Já sobre os produtos manufaturados, houve uma queda de 19.6 pontos percentuais da sua participação no total exportado por fator agregado. Diferente das commodities, os manufaturados não tiveram o mesmo comportamento, conforme o gráfico acima, não sendo favorecidos por preços elevados e muito menos por aumentos expressivos de quantidades exportadas, mantendo-se dentro de determinado padrão ao longo do período. De acordo com a AEB (2012)<sup>1</sup>, os custos de produção aumentado em reais e a valorização da taxa de câmbio do real, acabam por penalizar de forma dupla os produtos manufaturados, acarretando em sua redução, com risco de eliminação, da competitividade dos produtos manufaturados na exportação.

<sup>1</sup> AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil



Tanto em relação à quantidade exportada (gráfico 4), quando à participação no total por fator agregado (gráfico 7), evidencia-se um possível processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira. O crescimento brasileiro na década estudada foi resultado específico do desempenho das commodities e foi através desse crescimento que se impulsionou um aumento das importações, que conforme Squeff (2012), são majoritariamente de média e alta tecnologia. Ao passo que a economia cresce, será um empenho ainda maior para compensar o suprimento dessas importações. Há uma crescente dependência de commodities na pauta exportadora brasileira, onde as transformações dos últimos anos acentuaram e conduziram para uma possível reprimarização.

Tal distinção por parte das commodities foi muito influenciada tanto pelo sucesso dos setores agrários em tecnologia e desenvolvimento, quanto pelo fracasso da indústria dado o baixo nível de P&D, tecnologia, mão-de-obra qualificada, acarretando em uma falta de competitividade no mercado internacional. Segundo Veloso Filho et al (2012), existe uma:

” (...) “estagnação relativa” do País no cenário internacional: o Brasil, nos últimos 25 anos, conseguiu preservar sua posição relativa, do ponto de vista das capacitações, mas não reduziu a distância em relação aos líderes, do ponto de vista tecnológico e produtivo. É indício dessa situação o déficit comercial do país em setores de alta tecnologia, geralmente “baseados em ciência.” (Veloso Filho, 2012, p. 24)

Existem diversos debates acerca da falta de P&D, qualificação de mão-de-obra, baixa tecnologia da indústria brasileira e falta de infraestrutura, fatores primordiais para o bom desempenho de uma indústria. Ainda que não seja o foco do estudo em questão, vale apresentar a preocupação com o governo para com esse desempenho e o atentamento para as lacunas existentes na indústria brasileira, de acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

“Para o Brasil, grande produtor e exportador de *commodities*, com uma moeda ainda expressivamente apreciada apesar das correções recentes, esse cenário global favorece a especialização primário-exportadora, manifestando-se na composição da pauta de exportações e na crescente participação das importações no consumo doméstico, principalmente nos segmentos de média-alta e alta tecnologia. O maior risco para o País é a acomodação a essa condição de grande produtor e exportador de *commodities*, o que tende a produzir consequências extremamente graves da

perspectiva do desenvolvimento do País a longo prazo. O Brasil, por seu potencial de recursos, avanços em sua capacidade científica e tecnológica em diversas áreas, dinâmica do seu mercado interno e pelo grau de desenvolvimento industrial já alcançado, não pode se contentar em ser um grande exportador de petróleo, alimentos e minérios. (...) Por isso é fundamental avançar cada vez mais na incorporação do progresso técnico à produção industrial, que esteve baseado historicamente na utilização, via importação ou investimento estrangeiro direto, de equipamentos e tecnologias já disponíveis ou geradas em outros Países. O avanço da industrialização tem que se apoiar fundamentalmente, no desenvolvimento científico e tecnológico endógeno e em sua incorporação crescente ao processo produtivo. (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2011, p. 10)

Deste modo, caso as preocupações do governo se concretizassem em ações efetivas e o país diminuísse sua dependência por importações intensivas em tecnologia, além de diversificar a sua pauta exportadora nacional, acabaria por se proteger de sua vulnerabilidade, devido as possíveis oscilações nos produtos agrícolas, visto a sua limitação a essa categoria da pauta exportadora. Tendo em vista que os produtos provenientes do setor agropecuário tem uma baixa capacidade de abrir novos mercados, devido as suas características, acaba por deixar em dúvida a sua manutenção no longo prazo. A competitividade depende da produtividade dos fatores produtivos e da relação dos custos domésticos e a taxa de câmbio de um país. No Brasil, a grande competitividade apresentada está veemente atrelada à produtividade dos fatores; e para a sua manutenção é necessário demanda e valores crescentes, para garantir a sua sustentabilidade no longo prazo.

Diante do quadro, caso as preocupações acerca do tema não sejam atendidas, acabará por gerar incertezas no que diz respeito a continuidade do crescimento e principalmente no que se refere ao desenvolvimento do país, pois ao passo que reprimariza as suas exportações acaba por acentuar a sua vulnerabilidade na pauta exportadora.

**Tabela 3: Valor das commodities (US\$ milhões) – período: 2000/10**

<b>Data</b>	<b>Agricultura e pecuária</b>	<b>Alimentícios</b>	<b>Couros</b>	<b>Minerais metálicos</b>	<b>Minerais não-metálicos</b>	<b>Petróleo e gás natural</b>	<b>Madeira</b>	<b>Celulose</b>
2000	4.150,7	7.562,0	2.420,2	3.222,2	313,8	158,6	1.453,4	2.546,9
2001	4.880,7	10.045,7	2.618,6	3.103,8	295,8	720,9	1.477,0	2.193,1
2002	4.995,3	10.797,5	2.565,4	3.190,8	339,6	1.691,4	1.747,6	2.057,9
2003	6.620,6	13.227,1	2.782,7	3.628,4	453,1	2.121,9	2.083,4	2.834,3
2004	8.674,6	16.906,5	3.313,9	5.236,9	513,4	2.527,7	3.045,3	2.912,9

2005	8.771,5	19.999,4	3.505,1	8.010,3	552,6	4.164,8	3.041,1	3.410,4
2006	10.071,4	22.612,0	3.959,1	9.755,3	642,1	6.894,5	3.173,8	4.011,5
2007	13.468,3	26.511,1	4.336,5	12.010,2	701,6	8.905,1	3.351,9	4.731,2
2008	18.362,0	33.425,3	4.013,8	18.722,9	760,0	13.682,8	2.778,4	5.841,4
2009	18.113,3	30.974,4	2.722,4	14.449,1	605,3	9.351,1	1.693,4	5.006,8
2010	20.533,3	37.829,5	3.461,9	30.836,5	744,0	16.293,4	1.928,2	6.776,3

Fonte: IPEADData

Elaboração: própria

Ao observar a tabela acima, pode-se concluir que as principais commodities brasileiras tiveram um percurso de crescimento até o ano de 2010, havendo uma pequena queda na maioria dos produtos a partir da crise *subprime* em 2008, ocorrida nos Estados Unidos. Conforme AEB (2012)<sup>1</sup>, as commodities são responsáveis por mais de 70% das exportações brasileiras em receita, o aumento de seus preços concomitante ao aumento de quantidades acaba por gerar um resultado dobrado nas receitas de exportação, conforme pode ser visto na tabela 3.

Ao analisar os níveis de receitas obtidos em 2000 com os atingidos em 2010, pode-se observar o grande salto das commodities. Em consonância com os dados da tabela acima, as receitas em agricultura e pecuária tiveram um salto de 394,7%; alimentícios 400,3%; couros 43%; minerais metálicos 857%; não-metálicos 137,1%; petróleo e gás 10173,1%; madeira 32,7 e celulose 166,1%. Além dos tradicionais, pode-se observar um maior destaque no aumento setor de petróleo e gás que, conforme Torres Filho e Puga (2009), teve um aumento contínuo de investimentos em exploração e produção, amparado por diversas descobertas em águas profundas e com preços internacionais crescentes, elevou o seu nível de exportação.

De acordo com os dados, é nítida a responsabilidade que as commodities tiveram nos resultados obtidos das exportações brasileiras, corroborando, conforme AEB (2012), para a quitação das dívidas externas, redução da sua vulnerabilidade e aumento de reservas cambiais. A sintonia obtida no aumento em quantum exportado e dos preços, fez lançar as commodities como principal responsável, ainda que tenha existido uma valorização cambial, não foi suficiente para reduzir o crescimento deste tipo de exportações, diante desse quadro.

<sup>1</sup> AEB: Associação de Comércio Exterior Brasileira

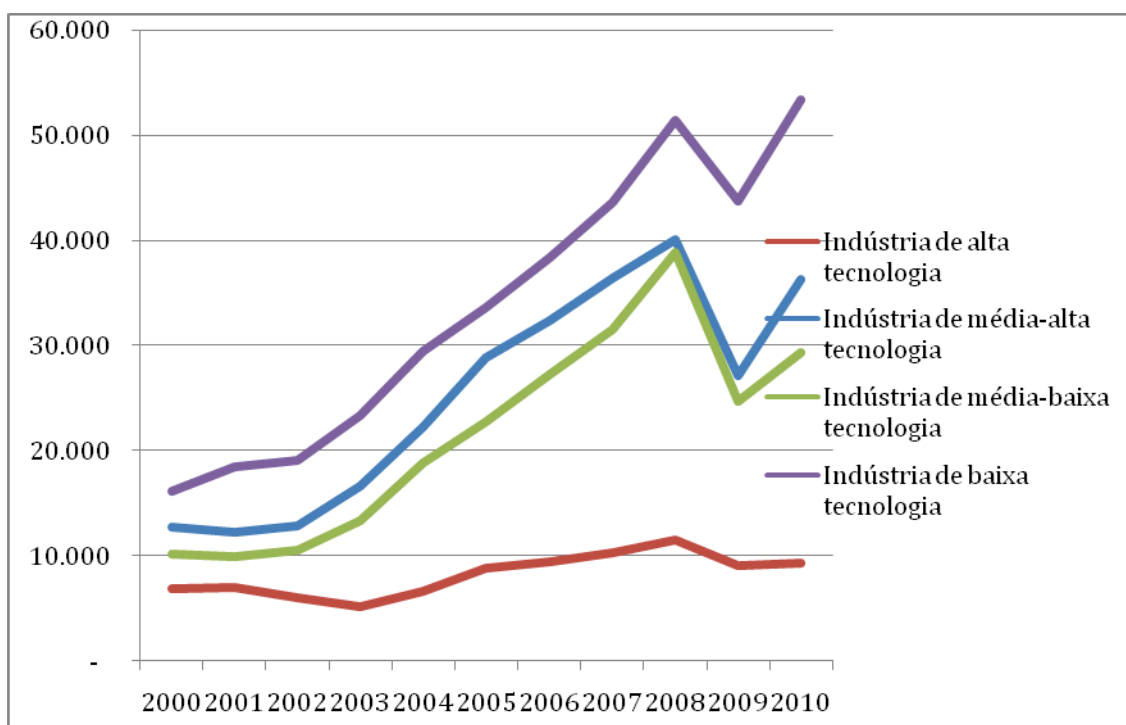
**Tabela 4: Quantum das commodities(toneladas) - período: 2000/10**

<b>Anos</b>	<b>Café cru</b>	<b>Sojagrão</b>	<b>Sojafarelo</b>	<b>Fumo</b>	<b>Açúcar</b>	<b>Sucolaranj a</b>	<b>Carne frango</b>
<b>2000</b>	967	11517	9375	341	4344	1224	907
<b>2001</b>	1252	15675	11271	435	7090	1219	1249
<b>2002</b>	1551	15970	12517	465	7630	1003	1600
<b>2003</b>	1369	19890	13692	466	8354	1590	1922
<b>2004</b>	1411	19248	14486	579	9566	1584	2424
<b>2005</b>	1352	22435	14422	616	11579	1777	2762
<b>2006</b>	1475	24958	12332	566	12807	1772	1586
<b>2007</b>	1488	23734	12474	694	12443	2066	3007
<b>2008</b>	1567	24499	12288	678	13624	2054	3268
<b>2009</b>	1639	18563	12253	662	17925	2069	3266
<b>2010</b>	1791	29073	12668	493	10939	1978	3461
<b>Anos</b>	<b>Carne bovina</b>	<b>Carne suína</b>	<b>Celulose</b>	<b>Couro</b>	<b>Minérios</b>	<b>Alumínio</b>	<b>Petróleo</b>
<b>2000</b>	189	116	3010	194	157	616	964
<b>2001</b>	368	247	3333	209	156	467	5721
<b>2002</b>	430	449	3440	230	166	615	12135
<b>2003</b>	620	458	4566	254	175	656	12607
<b>2004</b>	925	471	4987	316	218	583	12036
<b>2005</b>	1085	579	5545	327	224	561	12313
<b>2006</b>	1225	484	6238	407	243	614	19191
<b>2007</b>	1286	552	6570	387	269	581	21974
<b>2008</b>	1023	467	7202	288	282	547	22371
<b>2009</b>	926	529	8586	306	266	649	26749
<b>2010</b>	951	464	8793	341	311	525	32602

Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

De acordo com a tabela referente a quantidade exportada, só se reforça tudo aquilo que já foi dito acerca das commodities, os crescimentos foram constatados na maioria das commodities, tendo como resultado as seguintes variações: café 85,2%, soja 152,5%,soja farelo 35,2%, fumo 44,6%; açúcar 151,8%, suco de laranja 61,6 %, carne de frango 281,6%, carne bovina 403,2%, carne suína 300%, celulose 192,1%, couro 75,8%, minérios 98,1%, alumínio -14,8% e petróleo 3281,9%. Dá-se destaque para o alumínio, que foi o único produto com queda e o petróleo que obteve o maior crescimento, conforme já foi explicitado anteriormente.

**Gráfico 8: Produtos industriais exportados por densidade tecnológica (US\$ milhões) – período: 2000/2010**



Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Fonte: AliceWeb Elaboração: própria

Para melhor entendimento, cabe aqui explicitar a composição de cada indústria:

- Compõe a indústria de alta tecnologia, os seguintes segmentos: aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamento de rádio, TV e comunicação e; instrumentos médicos de ótica e precisão.

- Compõe a indústria de média-alta tecnologia, os seguintes segmentos: máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semi-reboques; produtos químicos; equipamentos para ferrovia e material de transporte e; máquinas e equipamentos mecânicos.
- Compõe a indústria de média-baixa tecnologia, os seguintes segmentos: construção e reparação naval; borracha e produtos de plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não-metálicos e; produtos metálicos.
- Compõe a indústria de baixa tecnologia, os seguintes segmentos: produtos manufaturados e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e celulose; alimentos, bebidas e tabaco e; têxteis, couro e calçados.

Dentro de cada composição destacam-se alguns segmentos, no que concerne a indústria de alta tecnologia, há uma porcentagem maior de participação dos segmentos de aeronáutica e aeroespacial, caindo 4.4 pontos percentuais de 2000 até 2010; outro segmento de maior participação é o de equipamento de rádio, TV e comunicação, que regride 2.6 pontos percentuais de 2000 a 2010.

Na indústria de média-alta tecnologia, existem dois principais, em primeiro, os veículos automotores, reboques e semi-reboques e, em segundo, os produtos químicos. A variação do primeiro é uma queda de 2.8 pontos percentuais de 2000 a 2010. Já os produtos químicos têm uma queda de 1.3 pontos percentuais, no mesmo período.

O desempenho da indústria de média-baixa tecnologia tem maior destaque para o segmento de produtos metálicos, esses variam cerca de 3.4 pontos percentuais a menos. Outro segmento com maior participação das exportações são os produtos de petróleo refinados e outros combustíveis, que sofrem um aumento de 0.2 pontos percentuais.

Por fim, no que concerne ao desempenho da indústria de baixa tecnologia, tem a maior participação o setor de alimentos, bebidas e tabaco, com aumento de 5 pontos percentuais. Em segundo lugar, está o segmento de madeira e seus produtos, papel e celulose, tendo um desempenho de queda de 3 pontos percentuais.

De acordo com o gráfico 8, nota-se a clara distinção e liderança que os produtos de baixa tecnologia tem na pauta de exportações brasileiras, no período de estudo. Havendo uma grande discrepância em relação ao de alta tecnologia, que tem o seu desempenho de forma significativamente inferior. A indústria de baixa tecnologia tem um crescimento de 230,1% das suas exportações de 2000 a 2010. Já a indústria de alta tecnologia cresce 32,2% no mesmo período.

Sobre os destinos, os produtos de alta tecnologia são majoritariamente destinados aos países do Mercosul e parte para os Estados Unidos, concomitante aos de indústria média-alta. Já destino como China e Europa, a principal pauta de exportação são os produtos básicos, caracterizados pelas indústrias de média-baixa e baixa tecnologia. Tais especificações serão examinadas com maiores detalhes na próxima seção do capítulo.

São diversos os estudos decorrentes do enfraquecimento da indústria brasileira, o que reflete diretamente na pauta das exportações do país. Conforme já foi dito, existem diversos entraves que minam a eficiência da indústria nacional e freiam a competitividade dos produtos brasileiros, o conjunto de entraves, conforme BCC (2012)<sup>1</sup>, é o chamado de “Custo Brasil”. Conforme muda o cenário da economia brasileira, mudam as preferências dos agentes econômicos, com aplicações que geram menos excedentes há uma tendência de aplicação de recursos no setor produtivo, porém há uma série de fatores que desestimulam o investimento em tal setor, desfavorecendo as expectativas otimistas dos agentes em relação ao mercado brasileiro. Os cinco principais entraves, conforme BBC (2012), são: infraestrutura precária, déficit de mão de obra especializada, sistema tributário complexo, baixa capacidade de investimento público e privado e burocracia excessiva.

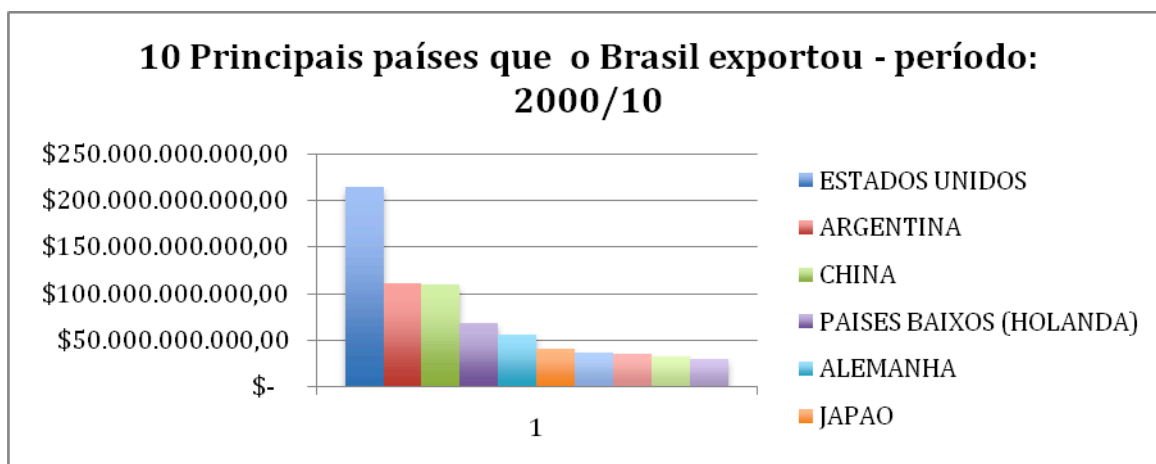
## **4.2. Destino das exportações**

Nesta seção cabe apresentar quais são os principais parceiros comerciais do Brasil no período de 2000 a 2010. O *ranking* dos principais países que o Brasil exportou foi estabelecido através dos saldos em valores exportados para esses. Serão analisados fluxos comerciais com principais blocos e com os principais países no qual o Brasil exporta.

---

<sup>1</sup> BCC: British Broadcasting Corporation

**Gráfico 9: Ranking dos principais países que o Brasil exportou em valor (US\$ milhões)– período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração própria

De acordo com o gráfico 9, os principais parceiros no qual o Brasil exporta são: Estados Unidos, Argentina, China, Holanda e Alemanha. Todos esses países representam a grande parte das exportações, quaisquer alterações nesses, impactam diretamente na economia doméstica, pelo fato de serem os maiores compradores de mercadorias brasileiras.

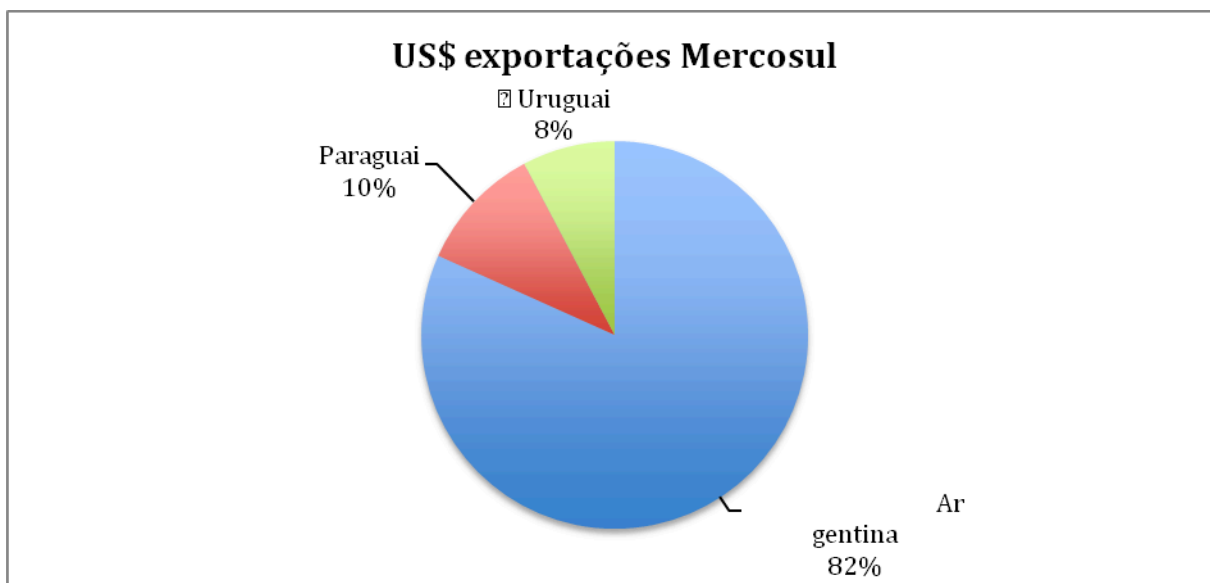
No que diz respeito ao bloco, serão explicitadas as relações do Brasil com o Mercosul e com a União Européia. Já referente aos países, serão traçadas as relações com seus três principais parceiros, os Estados Unidos, Argentina e China.

#### 4.2.1. Mercosul

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, o principal parceiro do Brasil no Mercosul é a Argentina, em segundo lugar o Paraguai e por último o Uruguai. Como a Argentina é o segundo principal país, dentro do período estudo, no qual o Brasil exporta, caberá mais adiante explicitar melhor os seus fluxos comerciais.



**Gráfico 10: Valor exportações para o Mercosul por país (US\$ milhões) – período 2000/10**



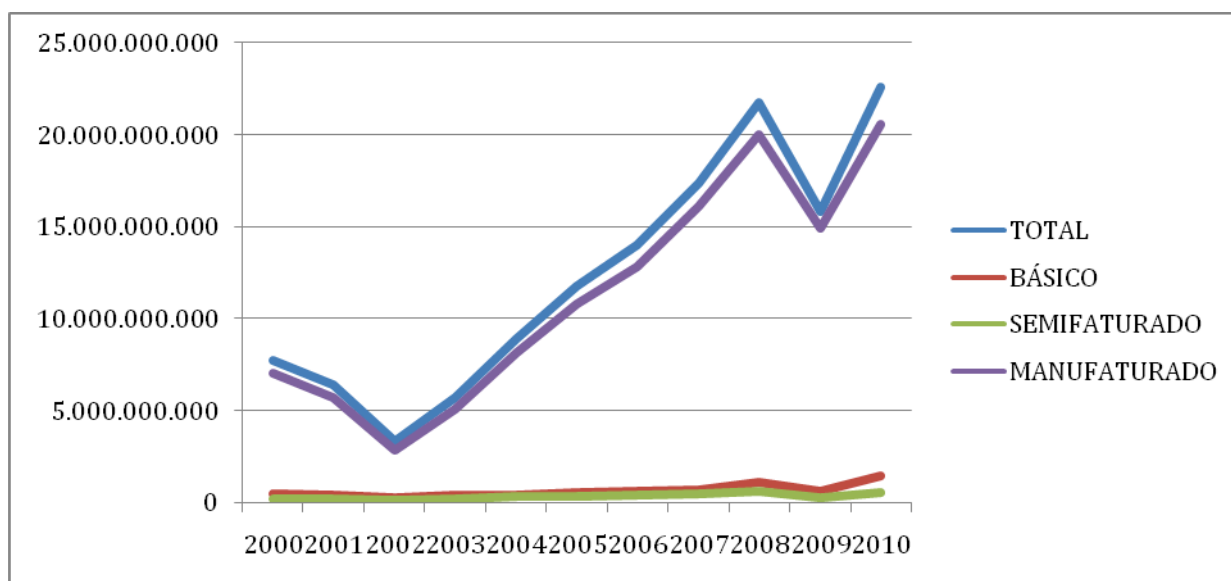
Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

Foi a partir de 1991 que os três países através do Tratado de Assunção, formalizaram o bloco. O Tratado tinha como objetivo principal integrar os quatro países por meio de circulações de bens, serviços e fatores produtivos, através de uma Tarifa Externa Comum, a TEC. A formação do bloco busca a adoção de uma política comercial comum desses países, coordenando suas políticas macroeconômicas e setoriais de forma harmonizada, bem como suas legislações. São países associados ao Mercosul: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador.

Desta forma, cabe destacar o papel que o Brasil tem dentro do bloco, exportando, conforme o gráfico 11, bens majoritariamente de cunho manufaturado. Tanto os produtos básicos quanto os semimanufaturados comportam-se de maneira semelhante. Cabe salientar que tais exportações são em sua grande maioria para a Argentina, detentora 82% das exportações brasileiras feitas ao Mercosul. Caberá mais adiante detalhar a relação comercial entre os dois países.

Sobre os outros países, o baixo fluxo comercial entre Brasil e Paraguai pode ser explicado pelo baixo poder aquisitivo do país, resultando em pouca capacidade de compra derivada da magnitude de sua população, resultando na absorção de 10% das exportações brasileiras. De forma inferior ao Paraguai, os fluxos de comércio com o Uruguai não são muito relevantes, absorvendo apenas 8% das exportações brasileiras, devido ao seu nível populacional muito baixo, acarretando em uma baixa demanda.

**Gráfico 11: Valor exportações para o Mercosul por fator agregado (US\$ milhões) – período 2000/10**

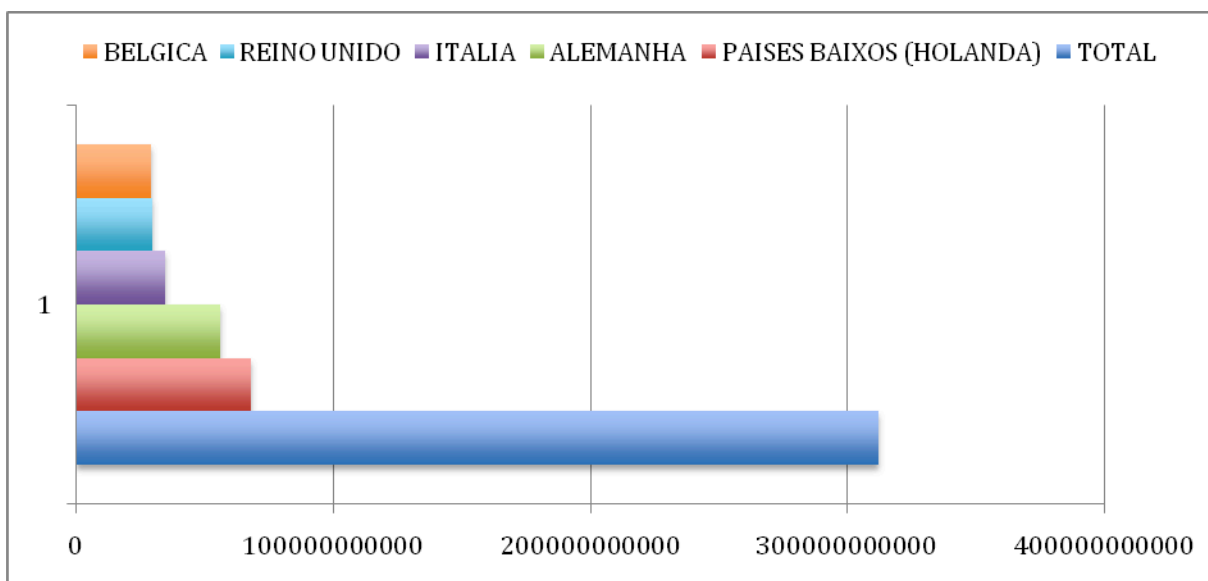


Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

De acordo com o gráfico acima, fica evidente a participação majoritária dos produtos manufaturados para o bloco, onde os básicos e semimanufaturados desempenham comportamento semelhante. Visto que a pauta exportadora brasileira vem diminuindo a participação dos bens manufaturados, essa relação entre o Brasil e o Mercosul é de suma importância para a manutenção das exportações dos bens manufaturados, qualquer impacto causaria reflexo direto nas exportações de manufaturas brasileiras. Desta forma, pode-se concluir que a inserção do Brasil no Mercosul foi uma grande vantagem para o país, tendo em vista a sua posição privilegiada dentre as economias do bloco, tornando-se uma peça-chave para o Mercosul.

#### 4.2.2. União européia

**Gráfico 12: Valor das exportações para União Européia por país (US\$ milhões) - período 2000/10**



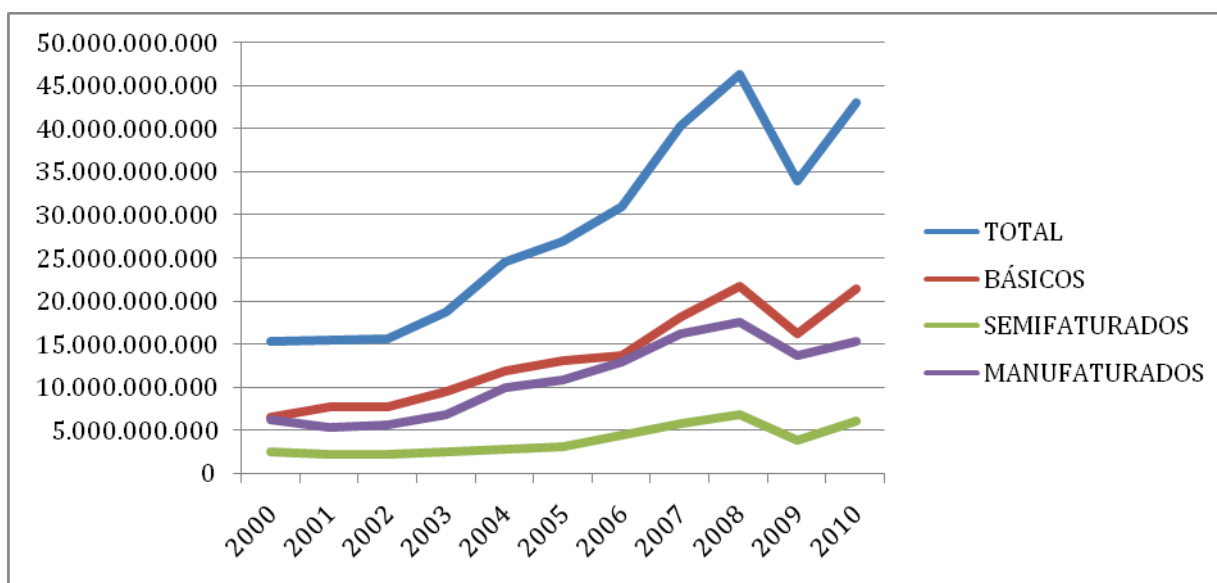
Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

De acordo com o gráfico 12, na composição da União Européia, os principais países no qual o Brasil exportou, dentro do período, são: Holanda, Alemanha, Itália, Reino Unido e Bélgica. Dentro do bloco europeu, a Holanda é o quarto principal país que o país exportou, de 2000 a 2010.

O Brasil e a União Européia tem importantes relações de comércio, visto que o Brasil é o mercado mais importante por parte do bloco europeu na América Latina, devido ao seu papel preponderante no Mercosul. Além disso, o Brasil se tornou parceiro estratégico da União Européia a partir de 2007 e desde então as relações bilaterais ficaram cada vez mais fortes. Dentre as relações comerciais, as empresas da Europa desempenharam um papel fundamental para a industrialização do Brasil e são, ainda, responsáveis pelos maiores investimentos no país, correspondendo a uma grande fatia dos investimentos diretos europeus.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.diplo.de>>

**Gráfico 13: Valor exportações para a União Européia por fator agregado (US\$ milhões)  
– período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

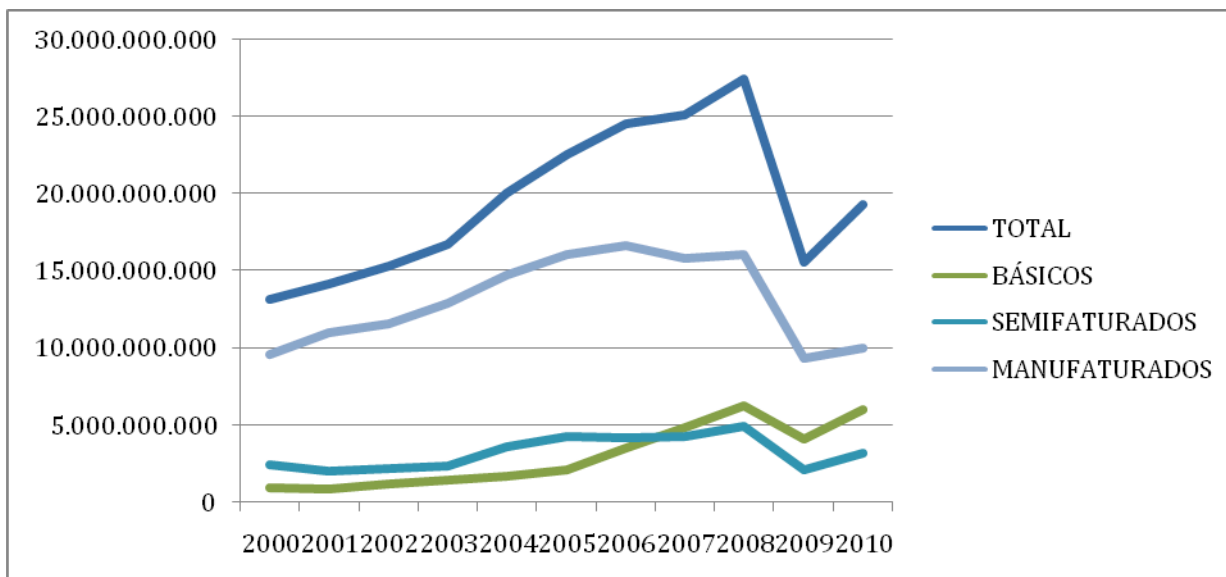
De acordo com o gráfico 13, constata-se um comportamento homogêneo no que corresponde ao crescimento das exportações por fator agregado, tendo em vista um maior valor exportado correspondente aos produtos básicos, em seguida os manufaturados e os semimanufaturados.

A União Européia como bloco, corresponde a um grande parceiro comercial do Brasil. Assim como os fluxos de comércio mundial vinham crescendo no período, gerando uma maior demanda externa, o bloco não fugiu a esse comportamento, podendo constatar no gráfico acima, um período crescente de importações brasileiras no bloco, até a crise financeira em 2008. Ao deparar-se com a crise houve um abrupto corte de demanda, diminuindo assim o valor das exportações brasileiras para com o bloco em questão. Onde os básicos sofreram maior impacto, caindo mais que os demais setores, devido a diminuição expressiva da quantidade exportada e queda dos preços das commodities no período. Ainda conforme o gráfico 13, atenta-se para a recuperação das exportações para o bloco em 2010.

Cabe salientar que os países do bloco europeu foram muito atingidos pela crise em 2008, por sofrerem grande impacto, suas economias perduraram com uma certa restrição, pois poderão demorar bastante tempo para a sua completa recuperação, podendo prejudicar essa fatia de exportações brasileiras por um período de tempo maior.

### 4.2.3. Estados Unidos – fator agregado

**Gráfico 14: Valor exportações para os Estados Unidos por fator agregado (US\$ milhões) – período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

Dentro do período estudado, os Estados Unidos foram a principal parceria comercial com o Brasil. Assim como as exportações para o Mercosul, as exportações para os Estados Unidos demonstram comportamento semelhante, com maior exportação, em valor, de bens manufaturados, contrariando a característica da pauta exportadora brasileira. Porém, de acordo com o país em questão, esse comportamento se deve a uma peculiaridade importante, pois os Estados Unidos adotou políticas de incentivo à exportação de bens básicos, através de subsídios aos produtores de bens básicos e também impôs tarifas às exportações de bens brasileiros, acabando por vetar a entrada do tipo básico.

Conforme AEB (2012)<sup>1</sup>, de acordo com as exportações para os EUA, pode-se constatar que seu desempenho tem perdido espaço, ocasionando em quedas nominais dos valores exportados, conforme dados relativos apresentados: do período de 2002 a 2009 houve um crescimento de 1,4%, já no período de 2008 a 2010, referente a crise, há uma queda de 29,6% dos valores exportados.

Constata-se uma dependência brasileira com a exportação de produtos manufaturados, bem como constatou-se com o Mercosul. A acentuada queda do total

<sup>1</sup> AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil

exportado é reflexo do impacto da crise nos Estados Unidos, principal país atingido pela crise. Pela acentuada queda das importações de bens manufaturados pelos Estados Unidos, refletiu-se em uma abrupta queda nas exportações dessa categoria de bens no total exportado pelo Brasil no mesmo período, demonstrando dessa forma uma dependência nas exportações dos bens manufaturados ao país, visto que esse é, dentro do período de estudo, o seu principal parceiro comercial.

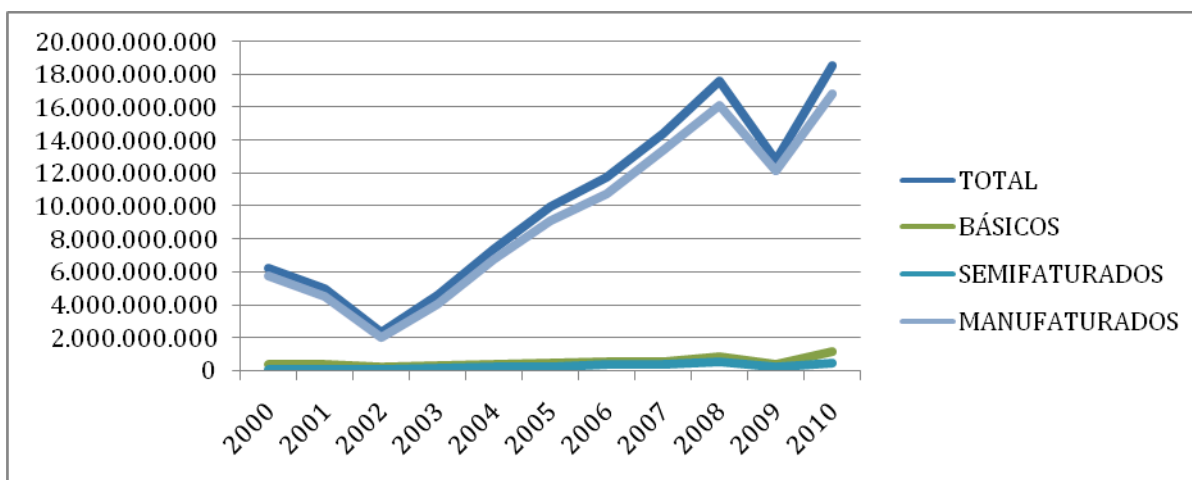
#### 4.2.4. Argentina – fator agregado

A Argentina é um antigo parceiro comercial do Brasil. De acordo com Candéas (2010), em pouco mais de um século, a cooperação Argentina e Brasil surge do campo estratégico ao político, adentrando ao econômico-comercial e de infraestrutura, resultando em um patamar superior da integração. Segundo o autor:

“O marco estratégico fora definido pela Guerra do Paraguai na década de 1860; a dimensão política de concertação foi lançada pelo Barão do Rio Branco na primeira década do século XX (o “ABC”); os Presidentes Vargas e Justo agregaram, duas décadas depois, a dimensão comercial e de infraestrutura; em 1940, os Ministros da Fazenda Souza Costa e Federico Pinedo negociam pela primeira vez o estabelecimento de uma união aduaneira; nos anos 1950, Perón tenta reeditar o ABC; em 1961, o encontro Quadros-Frondizi em Uruguai define uma ampla agenda política e econômica, que será retomada mais de duas décadas depois; nas décadas de 1980 e 1990, inicia-se a transição da cooperação para a integração, com uma agenda cada vez mais complexa e abrangente, que se aprofunda com a constituição do MERCOSUL. “ (CANDEAS, 2010, p. 143)

Dessa forma, torna-se explícito o papel que a Argentina tem para com as exportações brasileiras. Conforme já foi dito, o país absorve dentro do bloco do Mercosul, cerca de 82% das exportações brasileiras, sendo seu principal parceiro comercial dentro do bloco.

**Gráfico 15: Valor exportações para a Argentina por fator agregado (US\$ milhões) – período 2000/10**

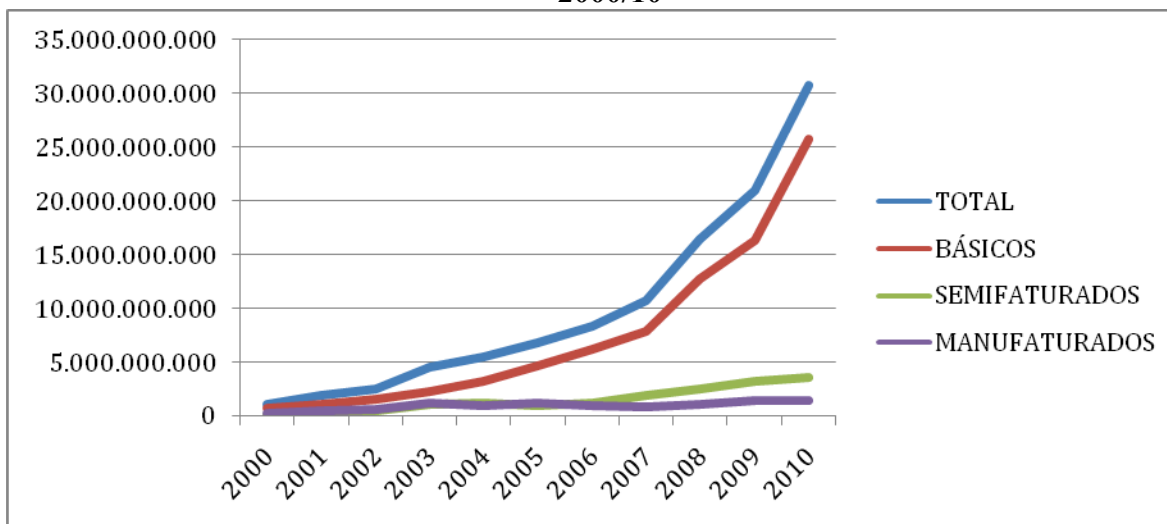


Fonte: MDIC/SECEX Elaboração: própria

Outra característica, conforme já dita, e de acordo com o gráfico 15 é o grande valor exportado de bens manufaturados para a economia argentina, crescendo cerca de 274,8% no período de estudo. Tal comportamento assegura, e torna dependente, as pautas de exportações de bens manufaturados brasileiros. Com comportamento muito parecido com ao do Mercosul, tendo em vista a sua majoritária participação, as exportações de produtos básicos e semimanufaturados permanecem em trajetória constate, bastante inferior a dos bens manufaturados.

#### 4.2.5. China – fator agregado

**Gráfico 16: Valor exportações para a China por fator agregado (US\$ milhões) – período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX Elaboração: própria

As importações para a China foram as que mais tiveram crescimento no período em questão. De acordo com o total de exportações para o país, houve um crescimento em cerca de 1518,5% das exportações ao país. Cabe salientar que dentro do total exportado há a predominância dos produtos básicos, com um crescimento em cerca de 2129,9% do valor exportado. A China veio ao longo dos anos tomando cada vez mais um espaço maior na absorção das exportações brasileiras, conforme AEB<sup>1</sup> (2012, p. 14) “há uma contínua, rápida e expressiva escalada de posições da China, que no ano 2000 participava com apenas 2% das vendas externas brasileiras, em 2009 atingiu 13,7% e desbancou os EUA da liderança mundial quase eterna.”

Uma peculiaridade do gráfico 16, corresponde à contínua ascensão das exportações ao país, tal comportamento se deve ao crescimento contínuo da economia chinesa, sendo muito pouco afetado pela crise de 2008 que dessa forma, manteve o seu consumo em ritmo constante mesmo com a desaceleração do comércio mundial em período de crise. O crescimento da China dentro do período estudado é contínuo e, ainda que tenha apresentando algumas dificuldades, é muito maior comparado às economias ocidentais, mais atingidas pela crise *subprime*.

Dentre os produtos de cunho básico, há o maior destaque para as commodities de soja e minério brasileiro, visto que esses são muito demandados tanto pelo viés alimentício como produtivo. O país detentor da maior população do mundo, possui um fraco desempenho no que compete ao complexo da soja, dependendo substancialmente de importações brasileiras. Bem como o setor alimentício, o produtivo depende das exportações brasileiras de minérios para sustentar o crescimento contínuo das indústrias lá instaladas.

### **4.3. Fatores determinantes do crescimento**

#### **4.3.1. Demanda externa**

Conforme os autores Torres Filho e Puga (2009), ao longo da última houve ocorreu um período de grande expansão do comércio mundial, favorecidos pela expansão da liquidez e pela divisão internacional do trabalho. Conforme pode-se observar no gráfico abaixo, houve

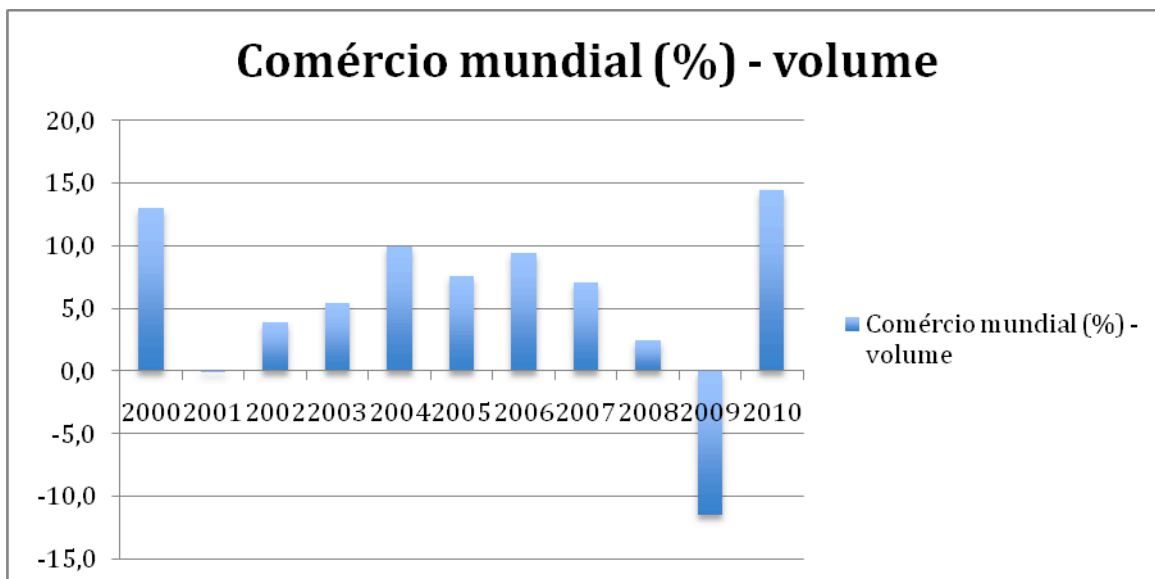
---

<sup>1</sup> AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil



uma grande expansão das exportações e importações mundiais, caracterizando um aumento dos fluxos do comércio internacional a partir de 2001.

**Gráfico 17: Variação do comércio mundial (%) – período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

O mundo presenciou nas últimas décadas uma significativa ampliação do progresso técnico que penetrou transversalmente em diversos segmentos da estrutura produtiva das economias mundiais, alterando seus padrões de organização e gerando um forte aumento da produtividade e uma acentuada redução dos custos unitários de produção. Dessa forma, os fluxos comerciais tornaram-se muito mais intensos, levando em conta também a oscilação do preço das commodities, que será melhor explicitada na próxima seção, e um aumento da riqueza mundial como um todo, jamais vista até então.

**Gráfico 18: Variação das exportações brasileiras e das exportações mundiais (%) – período 2000/10**



Fonte: MDIC/SECEX e FMI

Elaboração: própria

Para melhor explicitação, conforme o gráfico 2, nota-se o bom desempenho das exportações brasileiras em relação ao mundo, crescendo acima das taxas de exportações mundiais e evidenciando ainda mais a prosperidade do setor exportador brasileiro no período em questão.

Vale acrescentar o desempenho da economia chinesa como impulsionadora da demanda externa. Conforme Guimarães (2012), o crescimento chinês é decorrente de investimentos de megaempresas multinacionais, americanas, européias, japonesas e coreanas, que se beneficiam dos baixos custos de mão de obra para produzir tanto para o mercado chinês, quanto para exportar para os mercados de seus países de origem, em sua maioria, e para outros mercados desenvolvidos ou não, como os países Latinos. Conforme o autor, a China é a segunda maior economia do mundo, sendo a primeira exportadora e a segunda maior importadora, parcialmente favorecido pela recessão de países tradicionais. Consoante a isso, o país tem feito esforços extraordinários no campo tecnológico e científico. Dessa forma, pode-se categoricamente afirmar que está ocorrendo uma transferência gradual do centro dinâmico da economia mundial para a China. A influência econômica da China não acaba por se limitar a sua área geográfica, porém se estende à África, à América Latina e Europa. Conforme o autor :

“O país vem crescendo a 10% ao ano, nos últimos trinta anos. O setor moderno de sua economia é integrado por 300 milhões de chineses, com um déficit de alimentos para uma população que melhora e diversifica seus padrões de consumo, ao que se

soma um déficit de minérios e de energia. O ingresso gradual de mais de um bilhão de chineses no setor moderno da economia tornará a China o maior mercado do mundo, maior do que os mercados americano e europeu somados. (...) Apesar de a demanda chinesa por minérios, alimentos e energia poder ser suprida por outras regiões, a América do Sul, e nela os países do Merco sul, estão em condições especiais para atendê-la.“ (GUIMARÃES, 2012, p.5)

A demanda chinesa por minérios, petróleo e produtos agrícolas contribui, de forma expressiva, para o aumento dos preços das commodities como um todo, para uma pressão inflacionária em todos os países, corroborando para valorização do preço durante a década que segue a partir de 2000, conforme será explicitado na seção seguinte.

#### 4.3.2. Valorização dos preços das commodities

De acordo com um estudo feito por Prates (2007), existem uma série de fatores que explicam a alta dos preços, dentre eles estão uma recuperação econômica global, desvalorização do dólar, bolhas especulativas fomentadas pelas taxas de juros baixas, crescimento da China, dentre outros. A sobreposição desses fatores, de natureza estrutural e conjuntural, acaba por influenciar tal mudança de preços. Segundo o estudo realizado, são dois os principais condicionantes dessa trajetória: o efeito-China e as condições macroeconômicas globais favoráveis vigentes no período.

São diversos os estudos acerca da evolução dos termos de troca das exportações dos países periféricos, partindo da análise da trajetória dos preços das commodities primárias na segunda metade do século XX, onde todos esses asseguram acerca da conclusão de Prebisch (1949) sobre a deterioração dos termos de troca das commodities primárias em face aos bens manufaturados, acompanhada de uma alta volatilidade dos preços (PRATES, 2007).

A partir dessa alta volatilidade busca-se investigar quais foram os determinantes da alta dos preços que ocasionaram o boom exportador brasileiro em meados de 2000. Ao analisar os determinantes dessa valorização dos preços vale acrescentar o comportamento de suas características. A alta dos preços à vista em meados da década de 90, resposta a recuperação econômica dos Estados Unidos e aquecimento da economia chinesa, durou por um período curto, esse aumento insustentável se deu pela alta dos preços à vista em relação às cotações futuras, com expectativas de queda das cotações no curto prazo. E no restante dessa década os preços apresentaram deflações e excesso de oferta em diversos mercados, agravado

pelos avanços tecnológicos na agricultura e extrações de metais (IMF, 2006). A partir de 2000 pode-se notar uma mudança de comportamento nos preços das commodities, especialmente a partir de 2004, onde a alta dos preços atingiu diversas modalidades. Conforme Prates (2007), a alta dos preços teve fatores comum determinantes em todos os mercados, dando destaque às condições macroeconômicas globais.

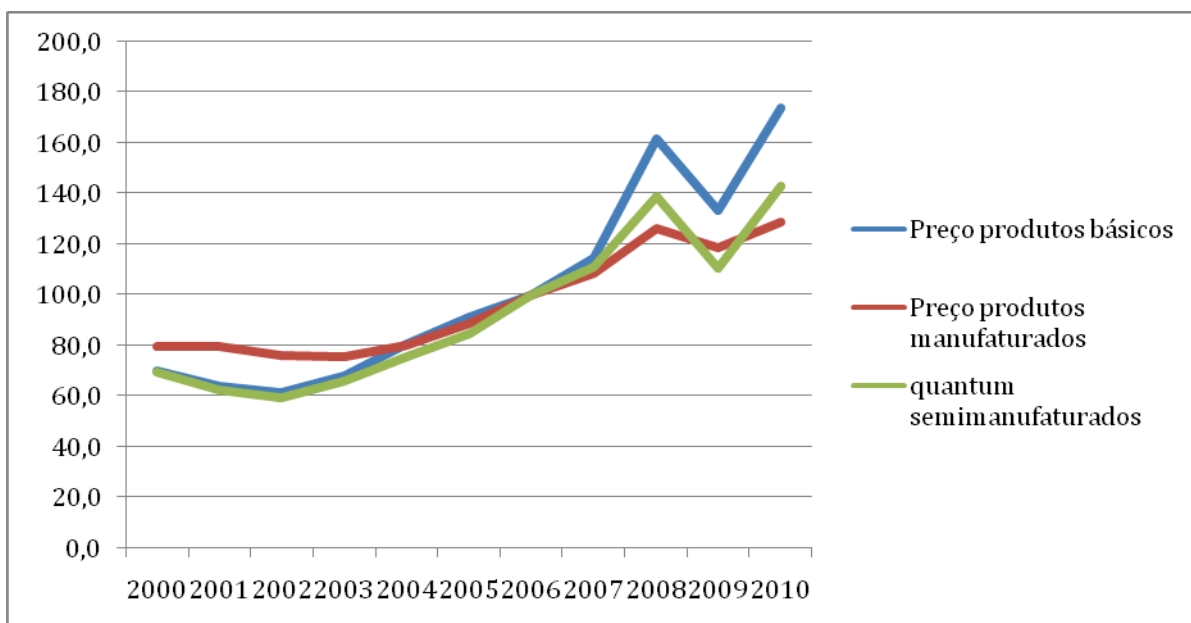
Sobre as condições macroeconômicas, de acordo com Prates (2007), deve-se salientar que os períodos de expansão são, normalmente, acompanhados por altas dos preços relativos das commodities, porém em períodos de retração econômica há um declínio desses preços, consequência a esse tipo de produto ser matéria-prima agrícola e insumo de indústrias, com oferta inflexível no curto prazo, resultando em uma valorização desses bens. De acordo com World Trade Statistics (2003)<sup>1</sup>, há uma alta correlação do preço das commodities e o PIB global, comprovando tal comportamento.

Outro ponto a ser destacado na alta do preço das commodities reside na evolução e em relação aos patamares dos preços-chave da economia mundial, preço do dólar e sua respectiva taxa de juros. Levando em conta o dólar, vale salientar que os preços internacionais desses bens são fixados a partir dessa moeda-chave e que alterações no valor dessa acabam por refletir nos preços, períodos de desvalorização tendem a ser acompanhados por uma tendência de alta nas cotações internacionais. O contexto de taxas de juros historicamente baixas dos Estados Unidos e demais países de centro, concomitante a ampla liquidez mundial, fomentou compras por parte de hedge funds e aplicações de cunho especulativo nos fundos de commodities. Essa busca de novas oportunidades de investimentos lucrativas foi aprovada pelos bancos de investimentos globais em face da oferta de novos fundos de commodities, que receberam consideráveis volumes de recursos. Conclui-se que se formou uma bolha especulativa no mercado futuro das commodities, visto a alta liquidez, fomentando a alta dos preços a vista, resultando em um reforço nas altas dos preços no futuro. Outra implicação do baixo patamar das taxas de juros consiste na redução do custo de carregamento dos estoques de commodities, fomentando a sua acumulação para fins produtivos ou, então, especulação (PRATES, 2007).

**Gráfico 19: Variação dos preços por fator agregado (%) - índice (média 2006 = 100) – período 2000/10**

---

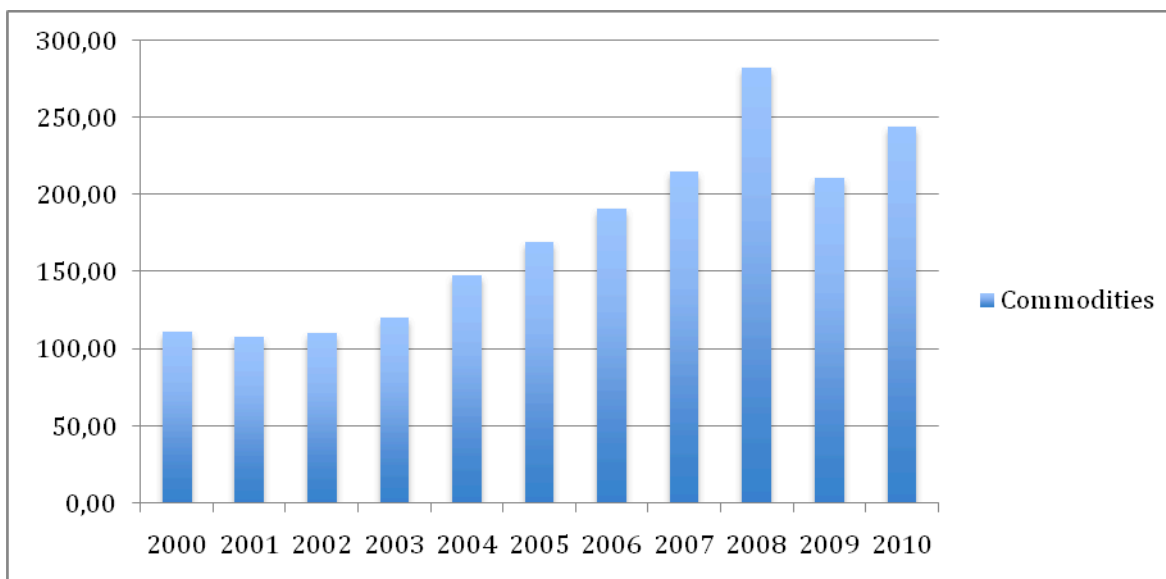
<sup>1</sup> Disponível em: <<http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=>>>



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Elaboração: própria

Pode-se observar no gráfico 20 uma ascendente transformação no preço das commodities a partir de 2000, ainda que tenha perdido força em 2001 e 2002 devido a crises internacionais, essa valorização das commodities apresentou-se como fator-chave para o desempenho positivo das exportações principalmente a partir de 2003.

**Gráfico 20: Transformação dos preços das commodities – preço (índice 2002 = 100) – período 2000/10**



Fonte: IPEADData

Elaboração: própria

Pode-se observar no gráfico uma ascendente transformação no preço das commodities a partir de 2000, ainda que tenha perdido força em 2001 e 2002 devido a crises internacionais, essa valorização das commodities apresentou-se como fator-chave para o desempenho positivo das exportações principalmente a partir de 2003.

Pode-se apontar como fator-chave para o aumento dos preços, o surto do crescimento chinês. O efeito-China, como é comumente chamado por economistas, diz respeito ao excepcional crescimento país e seus reflexos ao redor do mundo. O crescimento dessa economia acabou por pressionar demasiadamente a demanda por bens de setores intensivos de commodities metálicas e industriais, somado ao fato do aumento populacional que pressionou a demanda por commodities agrícolas. Além de seu crescimento doméstico, existem outros fatores pelo aumento da demanda, como por exemplo, o ingresso do país na OMC. Para se tornar membro a China teve que se comprometer a acelerar seu processo de liberalização comercial, reduzindo barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre seus bens e serviços importados. No âmbito do seu comércio, há o predomínio de empresas transnacionais, onde influencia a dinâmica das importações do país por commodities metálicas, pois subordina-se às estratégias das matrizes que lideram redes de produção em nível global (PRATES, 2007).

**Tabela 5: Preços médios das commodities (US\$/ton) –período: 2000/10**

Anos	Café cru	Soja grão	Soja farelo	Fumo	Açúcar	Suco laranja	Carne frango
------	----------	-----------	-------------	------	--------	--------------	--------------

<b>2000</b>	1613	190	176	2380	175	832	889
<b>2001</b>	964	177	183	2116	198	666	1034
<b>2002</b>	770	190	176	2103	146	867	834
<b>2003</b>	951	216	191	2258	162	750	889
<b>2004</b>	1240	280	226	2383	158	668	1029
<b>2005</b>	1861	238	199	2693	206	625	1203
<b>2006</b>	1984	227	196	2993	307	829	1130
<b>2007</b>	2270	283	237	3160	251	1090	1402
<b>2008</b>	2637	447	355	3958	268	972	1781
<b>2009</b>	2294	400	375	4521	333	783	1475
<b>2010</b>	2893	380	345	5490	444	897	1673

<b>Anos</b>	<b>Carne bovina</b>	<b>Carne suína</b>	<b>Celulose</b>	<b>Couro</b>	<b>Minérios</b>	<b>Alumínio</b>	<b>Petróleo</b>
<b>2000</b>	1668	1403	532	3891	19	1536	164
<b>2001</b>	2006	1400	374	4180	19	1446	126
<b>2002</b>	1804	1045	337	4162	18	1322	139
<b>2003</b>	1862	1150	382	4157	20	1376	168
<b>2004</b>	2122	1580	345	4080	22	1633	210
<b>2005</b>	2228	1938	367	4266	33	1816	291
<b>2006</b>	2558	2045	397	4600	37	2435	359
<b>2007</b>	2711	2104	458	5647	39	2608	405
<b>2008</b>	3917	2918	542	6474	59	2590	606
<b>2009</b>	3264	2102	385	3766	50	1561	342
<b>2010</b>	4059	2645	540	5074	93	2113	495

Fonte: MDIC/SECEX      Elaboração: própria

A tabela 5 demonstra como se comportou os preços das principais commodities exportadas pelo Brasil. Todas as commodities tiveram o seu preço apreciado no período estudado.

Dessa forma, pode-se concluir que existem diversos fatores conjunturais e estruturais que explicam o crescimento das importações chinesas de commodities que por sua vez corroboraram para o pressionamento dos preços das commodities em nível mundial, visto o crescimento exorbitante e necessidade de insumos em grande escala para amparo desse processo de ascensão.

## CONCLUSÃO

No decorrer da década posterior a 2000, o Brasil passou por um comportamento singular no que concerne às suas exportações. O período compreendido entre 2000 e 2010, caracteriza o ápice do saldo exportador brasileiro, bem como a sua queda aguda no período pós crise de 2008.

Conforme descrito, o Brasil passa por diversas fases em sua economia, porém a sua abertura econômica ocorreu, de fato, a partir da década de 90. Tal década foi composta por grandes instabilidades na economia nacional, com a explosão da inflação e a instauração do plano Real. Os saldos comerciais desse período não eram muito favoráveis, apresentando desempenhos negativos a partir de 1995 e com um volume relativamente baixo das exportações. É nesse mesmo período, com a apreciação do real, que há um aumento das importações de máquinas, equipamentos e tecnologias que fomentam a modernização da indústria brasileira. Porém, a partir de 1999, esse quadro começa a se transformar com a mudança do regime cambial, desvalorizando a moeda nacional e impulsionando as exportações a partir de 2000.

O país intensificou a sua produção nos setores que demonstrava significativa vantagem comparativa, como os bens primários, deixando a desejar no que compete à produtos com maior valor agregado. Dessa forma, o saldo exportador teve seu incremento graças às commodities, seu principal tipo de produto exportado no período em questão. Com o intuito de sustentar o seu saldo positivo, as exportações concentradas em commodities só se intensificaram ao longo dos anos, gerando uma dependência das exportações atreladas à esse tipo de produto. A ocorrência dessa dependência acaba por gerar diversos debates acerca da sustentabilidade ou não da estratégia do crescimento econômico brasileiro, justificado em última instância ao sucesso do saldo positivo criado por essas exportações.

A dependência da exportação por um só tipo de produto, no caso as commodities, acaba por tornar o Brasil muito vulnerável às oscilações econômicas, como a variação da taxa de câmbio e a oscilação do preço das commodities. Dependendo do comportamento dessas variáveis, o país pode sofrer drásticas consequências em sua balança comercial. Isso pode refletir negativamente afetando a balança de pagamentos, pois os saldos comerciais positivos conquistados ao longo da década foram essenciais para os ajustes das contas Nacionais. Além disso, o aumento das exportações e a consequente entrada de dólares no país, gradativamente foi diminuindo a taxa de câmbio e permitindo ao governo, nesse período, sanar por completo a dívida externa. O que proporcionou ao país recursos necessários para atuar com políticas econômicas de distribuição de renda e no incentivo ao consumo, grande responsável pelo crescimento econômico e diminuição nos níveis de miséria brasileiro do período estudado.



Os principais parceiros comerciais ao longo da década foram os Estados Unidos, Argentina e China. Os dois primeiros são parceiros comerciais antigos do Brasil e os principais sustentadores das exportações de bens manufaturados do país, visto que esses demandam majoritariamente esse tipo de produto do Brasil. Já a China, veio ganhando a sua posição ao longo dos anos, devido ao seu exponencial crescimento econômico e sua crescente demanda por insumos para suprir a sua ascensão. Seu crescimento refletiu em diversas economias nacionais, sendo descrito como efeito-China, o que corroborou para a valorização do preço das commodities. Além disso, impulsionou de forma significativa as exportações de bens primários do Brasil à China, com 2129% de crescimento no período estudado.

Dentre os principais determinantes do salto das exportações no período em questão, pode-se destacar o crescimento da demanda mundial e o aumento expressivo dos preços das commodities. O primeiro, deve-se aos crescentes fluxos de comércio mundial, incentivados pelo crescimento econômico da maioria dos países do mundo ao longo do período estudado, favorecidos pela expansão da liquidez e da internacionalização da produção industrial com a expansão das multinacionais para países subdesenvolvidos. Já o segundo, deve-se especialmente pelo efeito-China, conforme já foi dito, e por uma bolha especulativa que se formou nos preços das commodities.

Conclui-se assim, durante o período estudado que a tecnologia aplicada e o aumento da produtividade no setor agrário e mineral brasileiro, não foi acompanhada nos setores de produção de manufaturas. E que no decorrer dos anos as exportações tiveram sua pauta sofrendo diversificação em relação à participação dos produtos, com o aumento dessa participação dos produtos básicos e queda das manufaturas e produtos de maior caráter tecnológicos, o que para muitos estudiosos mostra uma tendência de reprimarização da economia brasileira, com a especialização de bens primários.

Percebe-se que a saída para a dependência brasileira, no que confere às exportações, é diversificar a sua pauta. Para que isso ocorra, cabe maiores incentivos à inovação e tecnologia nas indústrias, de modo mais intensivo, pois os esforços já feitos não foram o suficiente para diversificar os produtos comercializados pelo país em nível internacional. O que não quer dizer que o país deva parar de exportar bens primários, visto uma série de vantagens que o país têm em relação a esse tipo de produto, porém é fundamental, para a diminuir a sua vulnerabilidade e ganhar maior competitividade, diversificar os produtos voltados para a exportação, aumentando a parcela de bens manufaturados.



## REFERÊNCIA

AEB. **Associação de Comércio Exterior do Brasil**. Informativo de Comércio Exterior. Janeiro 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>>. Acesso em: Dezembro 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Banco Central do Brasil, Departamento Econômico. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

BBC BRASIL. Disponível em: <<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>>. Acesso em: 10 dezembro 2012.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 3a edição, 2007.

CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília : FUNAG, 2010.

CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 10a. Ed., 1982.

CORTIÑAS LOPEZ, J. M. & GAMA, M. **Comércio exterior competitivo**. São Paulo: Ed. Aduaneiras ,3a edição, 2008

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **Technology and trade: an overview of the literature**. In: DOSI, G. et al. (Org.). The economics of technical change and international trade. Hertforshire: Harvester Wheatsheaf, 1988.

FUNCEX. **Base de Dados**. Disponível em: <<http://www.FUNCEX.com.br/basesbd/>>. Acesso em: Novembro 2012.

FURTADO, C. (1959). **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo, Editora Nacional. 1983.

GONÇALVES, R. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais**. São Paulo: Campus Elsevier, 2005.

GUIMARÃES, S. P. **Reflexões sobre a crise econômica mundial, a China e a economia brasileira**. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, No 278, p. 3-5, Setembro de 2012.

IEDI, **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial**. Artigos. Disponível em: < <http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

IMF. **International Monetary Fund. World Economic Outlook Database**. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/data.htm> >. Acesso em: Dezembro 2012.

IPEADATA. **Base de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA)**. Estatísticas Macroeconômicas. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>> Acesso em: Janeiro de 2013.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e política**. 6a ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.

LACERDA, A. C. et.al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 3a edição, 2006.

LANCASTER, K.J. **Intra-Industry Trade Under Perfect Monopolistic Competition**, Journal of International Economics, Vol. 10, 1980, pp. 151-75.

LANZANA, A. E. T. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidades**. São Paulo: Atlas, 2008.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento 1974 – 1976 – sonho e fracasso**. Campinas: SP, Unicamp, IE, 1981.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento 1974/1976. Sonho e fracasso.** Rio de Janeiro: mimeo., 1977.

LINDER, S. B., **An Essay on Trade and Transformation**, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1961.

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MCCOMBIE, J. S. L. & THIRLWALL, A. P. **Economic growth and the balance-of-payments constraint.** London: The Macmillan Press, 1994.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de Comércio Exterior (DEPLA). **Balança Comercial Brasileira Mensal.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>. Acesso em Dezembro 2012.

MILL, J.S. **Verseus Principles of Political Economy**, Londres, The Standard Library Company, Livro III, cap. 18, 1848.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015.** Balanço das Atividades Estruturantes 2011 Documento Síntese. Brasília: MCT, 2011. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br> >. Acesso em: Janeiro 2013.

MOREIRA, M. M., Correa, P. G. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo.** Texto para Discussão 49. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

MOREIRA, M. M. **A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?** In: **A economia brasileira nos anos 90.** Giambiagi, F. & Moreira, M. M. (orgs.). Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

OECD. ISIC Rev. 3 Technology intensity definition: Classification of manufacturing industries into categories based on R&D intensities. Organisation for Economic Co- operation

and Development: Directorate for Science, Technology and Industry – Economic Analysis and Statistics Division, Jul. 2011.

POSNER, M. V. **International trade and technical change**. **Oxford Economic Papers, New Series**, v. 13, n. 3, p. 323-341, 1961.

PRATES, D. M. **A alta recente dos preços das commodities**. **Revista de Economia Política**. vol. 27, no 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro/2007.

PREBISCH, R. (1949). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

REZENDE FILHO, C. de B. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SECEX. **Indicadores e estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/SECEX/depPlaDesComExterior/indEstatisticas>> Acesso em: Dezembro de 2012.

SOARES, C. **Modelos de crescimento impulsionados pela demanda: evidências do modelo de Thirlwall para os setores brasileiros**. Série Textos para Discussão No. 361. Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: Luzes e Sombas no Debate Brasileiro**, 2012.

SUZIGAN, W. **A Indústria Brasileira após Uma década de Estagnação: Questões para Política Industrial**. Economia e Sociedade. N.º 1, Campinas: IE/ Unicamp, pp.89-109, 1992.

THIRLWALL, A. **The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences**. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, vol. 128, 1979.

TORRES FILHO, E. T; PUGA, F. **Exportações brasileiras num cenário pós-crise internacional** In: GIAMBIGI, F.; BARROS, O. (org.). Brasil pós-crise: agenda para a próxima década. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VELOSO FILHO et al. **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política** [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. – Ano 1. n. 1 (2012).- Dados eletrônicos. - Teresina: UFPI, 2012.

VERNON, R.,**“Problems and Prospects in the Export of Manufactured Goods from Less-developed countries”, Proceedings of the United Nations Conference on Trade and Development**, Geneva, 23 de março a 16 de junho de 1964, Vol. IV, pp. 200-10, 1964.